DEPOSITO LEGAL

Ano 112.° — N.° 39 624 — Preço 6$00

A MAIOR TIRAGEM E EXPANSÃO DE TODOS OS JORNAIS PORTUGUESES

Diario de Noticias

PROPRIEDADE DA EMPRESA PUBLICA DOS JORNAIS NOTICIAS E CAPITAL
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DA LIBERDADE, 266 — LISBOA-2

Director — JOÃO GOMES
Director-adjunto — MÁRIO MESQUITA

Endereço telegráfico: NOTICIAS — Telex: 12379
Telefones: 561151/562505/48104
(P. P. C. A. — 20 linhas)

Terça-feira, 14 de Dezembro de 1976

Irmã de Faruk assassinada em Los Angeles

Encontra-se livre de perigo Riad Ghali, de 56 anos, que tentou suicidar-se, depois de ter morto a mulher, Fathia Ghali, de 45 anos, irmã do falecido rei Faruk do Egipto.

O corpo da antiga princesa foi encontrado pelo filho, Rafik, no modesto apartamento que Fathia compartilhava com a mãe, Nazli Fuad, de 81 anos. O assassino encontra-se hospitalizado sob prisão, com ferimentos de bala na cabeça.

Riad Ghali fora considerado culpado de o casal haver dissipado a fortuna e há sete anos que estava separado da mulher, que ultimamente ganhava a vida trabalhando na limpeza de escritórios.

Nova vacina contra a raiva

O cientista norte-americano dr. Hilary Koprowski descobriu um tratamento mais eficaz contra a raiva que apenas produz efeitos colaterais nos pacientes.

Trata-se de uma nova vacina que se aplica numa série de seis injecções que apenas causam dor ao contrário do actual sistema que requere a aplicação de soro e cerca de vinte injecções têm, por vezes, efeitos nocivos na saude.

Num artigo escrito para o jornal da Associação Médica Norte Americana, o dr. Koprowsky, do Centro de Investigação Contra a Raiva em Filadelfia, assegura que este novo sistema de vacina já se emprega com êxito desde há dois anos.

Democracia sem máscara

O acto eleitoral de anteontem teve, entre outros, o assinalável mérito de vir clarificar o nosso horizonte político. A partir de agora, muito especialmente, ninguém tem o direito de se alcandorar ao pedestal como se lhe assistisse o monopólio da vida pública. O País está cansado de juízes, mestres e progenitores ideológicos.

Ficamos a conhecer ainda melhor a geografia política do nosso país, pelo que não é lícito a mais ninguém enroupar palavras e actos em evasivas e meias verdades como se o Portugal de hoje fosse a incógnita que era antes do conjunto das consultas eleitorais cujo ciclo acabamos de completar. Transformar a realidade política e socio-económica é tarefa inerente à própria actividade dos partidos. É natural e bom que assim seja. O que é essencial é que se passe a ter em conta os resultados que acabam de ser conhecidos, sem ignorar o todo è a unidade que a Nação constitui e, portanto, sem feudos nem coutadas. Quaisquer que eles sejam.

Estas eleições são um convite — diríamos uma exigência — à normalização da vida democrática. A democracia portuguesa tem agora o rosto completamente descoberto, nenhuma força e nenhum responsável se pode colocar por detrás da máscara que a si próprio ajustou para manobrar a seu bel-prazer o regime da liberdade e as condições de uma autêntica mudança social.

As eleições para as autarquias locais caracterizaram-se por uma considerável percentagem de abstencionismo se comparada com a registada nas anteriores consultas eleitorais. Para além de um certo descontentamento que possa existir, não se pode desconhecer um determinado desencanto verificado entre o povo pela forma como a democracia tem, entre nós, sido concebida, interpretada e exercida.

Num país atrasado como o nosso não se deve esquecer a ligação natural entre democracia e transformação social, particularmente a favor das camadas mais pobres e sacrificadas. Ora não é isso que tem acontecido. Pelo contrário, em nome da defesa da democracia tem-se procurado obstar ao desenvolvimento e ao progresso. E em nome de transformações de fundo mais ou menos discutíveis tem-se subvertido o funcionamento da democracia. Feita esta caminhada eleitoral, é de esperar que a situação mude radicalmente. No sentido de um entendimento entre os partidos, de um diálogo que não tem existido, de uma viabilização da vida democrática. Por isso nos regozijamos com o teor do debate ontem travado entre os responsáveis dos quatro maiores partidos.

Estas eleições vieram pôr a nu o «bluff» que certas forças políticas representavam. Os números ora revelados não lhes vão permitir, por certo, continuar a dispor da audiência com que até agora contavam, nem autorizam uma intervenção demagógica e desorientadora que nada justifica.

O acto do passado domingo é, apesar de tudo, um gesto de confiança popular na democracia, um apelo a que se não mate a democracia.

JOÃO GOMES

Apesar da elevada percentagem de abstencionismo

Eleitorado confirmou grandes opções políticas

- **Segundo os últimos resultados conhecidos (às 20 e 30 de ontem) o PS é o partido mais votado (33,47 %), seguido do PSD (24,71%), FEPU (17,97 %) e CDS (15,93 %), ao nível de concelhos.**
- **Eleitos 280 presidentes de Municípios, sendo 109 do PS, 102 do PSD, 37 da FEPU e 32 do CDS (não estão ainda apurados os resultados finais para a Câmara de Ribeira de Pena, inicialmente atribuida ao PPM).**
- **Para as juntas de freguesia o PS também confirmou a sua vantagem (33,22 %), seguido do PSD (24,29 %), FEPU (17,71 %) e CDS (16,61 %).**

O «Diário de Notícias» publica hoje novamente desenvolvida reportagem sobre as eleições para os orgãos das autarquias locais.

Além de várias entrevistas a diversos presidentes eleitos em alguns pontos do País, nas quais os nossos entrevistados apontam os objectivos prioritários da acção a desenvolver nos municípios para que foram escolhidos, acompanhamos, também, com o devido relevo, a mesa-redonda ontem efectuada na TV, durante a qual os dirigentes dos principais partidos políticos traçaram a sua perspectiva da actual realidade que se vive no País.

A curiosidade do leitor poderá ser também satisfeita (ainda que parcialmente) através da análise dos quadros que publicamos sobre o andamento do apuramento provisório dos resultados

★ PÁGINAS 2, 3, 4 e 5

Freitas do Amaral, Sá Carneiro, Mário Soares e Álvaro Cunhal, momentos antes do debate em que participaram na TV (Foto «D.N.» — António Aguiar)

PODER LOCAL	CDS		FEPU		GDUP		LCI		MRPP		PCP(M-L)		PPD/PSD		PPM		PRT		PS	
	%	Presidentes Câmaras	%	Presidentes Câmaras	%	Presidentes Câmaras	%	Presidentes Câmaras	%	Presidentes Câmaras	%	Presidentes Câmaras	%	Presidentes Câmaras	%	Presidentes Câmaras	%	Presidentes Câmaras	%	Presidentes Câmaras
Angra do Heroismo	8,81		1,27		—		—		—		—		55,82	2	—		—		30,71	
Aveiro	23,32		6,05		0,56		—		0,48		0,02		37,38	9	—		—		28,35	3
Beja	1,81		46,87	4	1,75		—		—		0,38		3,81	1	—		—		38,95	3
Braga	25,29	1	7,49		1,54		—		0,66		0,19		32,44	1	0,46		—		26,29	
Bragança	24,28	2	5,30		—		—		—		—		42,11	2	—		—		22,74	1
Castelo Branco	19,66		9,36		1,34		0,33		1,62		—		24,11	2	—		—		35,90	6
Coimbra	13,19		10,10		1,23		0,20		0,32		—		28,48	5	0,08		—		39,91	7
Évora	4,50		48,21	4	1,59		—		—		—		6,93		—		—		34,04	2
Faro	3,50		19,62		2,44		—		2,07		0,13		24,97	1	—		—		42,18	7
Funchal	16,87		1,82		3,92		—		—		—		54,89	6	—		—		19,49	1
Guarda	39,53	2	4,27		0,37		—		0		0,26		24,21	1	—		—		24,02	1
Horta	7,42		2,33		—		—		—		—		55,56	2	—		—		31,61	
Leiria	18,74	1	11,51		0,61		0,15		0,47		0,31		32,69	3	—		—		31,06	5
Lisboa	11,89		26,64		4,64		0,04		1,18		0,58		16,17		0,09		0,10		35,69	5
Ponta Delgada	9,55		1,22		—		—		—		—		54,67	3	—		—		29,12	
Portalegre	11,24		24,05		0,66		—		—		—		11,22		2,78		—		44,98	7
Porto	20,21	2	12,16		1,79		0,16		0,27		0,30		26,84	4	—		—		34,84	5
Santarém	7,76		22,40	1	2,50		0,06		1,07		0,18		20,02	2	—		—		40,55	9
Setúbal	3,41		47,40	3	6,28		0,07		1,22		0,65		4,86		—		—		33,14	2
Viana do Castelo	28,43	1	5,81		0		—		0,15		—		34,63	2	0		—		25,68	1
Vila Real	17,06	1	5,49		1,88		—		0,62		—		40,55	3	2,07	1	—		25,81	
Viseu	32,11	5	5,76		0,23		—		—		—		32,13	5	—		—		23,65	1

Os valores reproduzidos no quadro correspondem á ultima informação fornecida, ontem, ás 18 e 52, pela Secretaria de Estado da Comunicação Social, sobre o resumo do apuramento eleitoral, ao nivel de distritos. Registe-se que os resultados relativos a Castelo Branco, Faro, Setubal, Angra do Heroismo, Horta e Ponta Delgada, são apresentados como finais, uma vez estar já concluido o apuramento nesses distritos.

Juventude Comunista de França

Aprovado em Congresso socialismo democrático

O congresso extraordinário do Movimento da Juventude Comunista de França (JCF) adoptou uma resolução aprovando o «socialismo democrático à francesa», informa a France Press.

O projecto de resolução final sublinhou o carácter de «organização revolucionária independente, democrática e responsável» da JCF em relação ao Partido Comunista Francês. O tema das liberdades esteve no centro destes debates, pois, tal como foi sublinhado por vários oradores e precisamente porque o socialismo não se fez acompanhar de liberdade nos países onde foi construído «que se deve evitar que o nosso povo acredite que o socialismo se conforma com medidas repressivas».

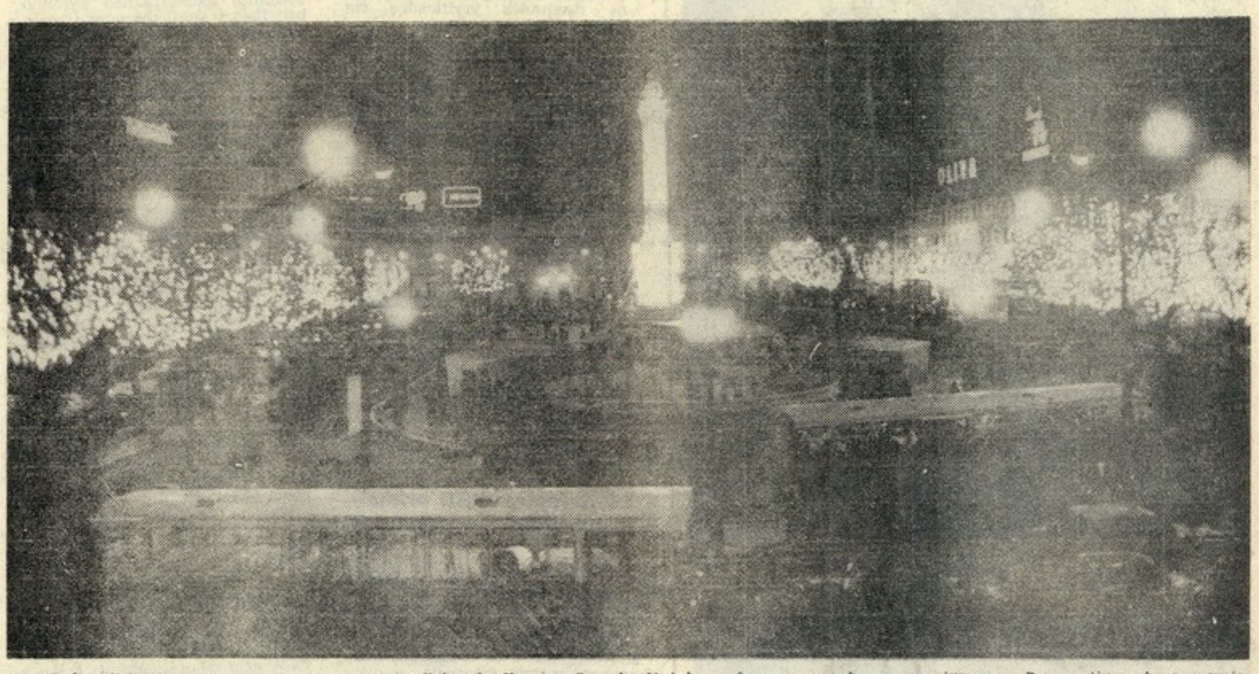
Anunciado pelo primeiro-ministro espanhol

Governo não negociará com raptores de Oriol

O primeiro-ministro espanhol, Adolfo Suarez, anunciou ontem que o Governo não negociará com os raptores do presidente do Conselho de Estado, António Maria de Oriol, apesar de existir o risco de vir a surgir uma crise política e dos receios relativamente ao que possa vir a acontecer a outros altos funcionários espanhóis, que podem ver também a sua segurança pessoal ameaçada.

Após uma entrevista com o rei Juan Carlos, Adolfo Suarez deu ordens para que seja garantida protecção policial a todos os dirigentes políticos espanhóis e reforçadas as medidas de segurança que normalmente rodeiam os membros do Governo.

★ PÁGINA 14



Na Baixa lisboeta começaram, ontem, as tradicionais iluminações do Natal, conforme se pode ver na imagem. Por motivos de economia, as iluminações fecham à meia-noite (Foto «D.N.» — António Aguiar)

Tito rejeitou pedidos de Brejnev

Brejnev conversa com Tito na visita que o secretário-geral do PCUS efectuou recentemente a Belgrado (Foto Tass)

A Jugoslávia rejeitou os pedidos para permitir uma maior assistência aos navios de guerra da URSS nos portos do Adriático, o que poderia levar ao estabelecimento de bases navais naquela região — anuncia a ANOP citando o correspondente da UPI em Belgrado, Richard Gross.

O presidente Tito também teria recusado «categoricamente» um pedido do dirigente soviético Leonid Brejnev para autorizar a entrada de aviões de guerra da União Soviética no espaço aéreo jugoslavo.

Tito rejeitou estas e outras propostas apresentadas por Brejnev durante as conversações privadas efectuadas a 16 de Novembro, durante uma visita oficial de três dias do dirigente soviético á Jugoslávia — revelaram fontes jugoslavas, acrescentando que Tito informa depois de amanhã a direcção do Partido Comunista acerca do conteudo das propostas.

Reatando a tradição

O "Diário de Notícias" promove o "Natal dos Hospitais"

Reatando uma tradição de trinta anos, que só no ano passado sofreu uma interrupção, o «Diário de Noticias» vai de novo organizar o Natal dos Hospitais. Assim, com a já habitual colaboração da Radiotelevisão Portuguesa, Radiodifusão Portuguesa e Philips, o País vai poder assistir, na tarde do dia 25, através do 1.° canal da RTP, a um espectáculo transmitido da Sala de Estudantes do Hospital de Santa Maria, e em que desfilarão os mais importantes nomes do teatro, da canção ligeira e do «music-hall» nacionais. Dedicado, como sempre, aos doentes e reclusos, o espectáculo deste ano vai ter caracteristicas inéditas: numa demonstração de que o País não é só Lisboa, o espectáculo irá integrar gravações, efectuadas nestes ultimos dias em diversos hospitais do continente e ilhas, de ranchos típicos dos mais diversos pontos do País. Podemos divulgar, desde já, que serão apresentadas actuações do Rancho de Santa Marta de Portuzelo (gravado no Hospital de Viana do Castelo), do Rancho do Cabo (gravado no Hospital de Aveiro), do Rancho Infantil de Santarém (gravado no Hospital de Santarém), da Orquestra Típica e Orquestra Infantil de Acordéons (gravado no Hospital de Castelo Branco), Conjunto Pai e Filhos (gravado no Hospital de S. João do Porto), Rancho da Fuseta (gravado no Hospital de Faro), e ainda do Rancho da Camacha (gravado no Hospital do Funchal) e e do Rancho de Ponta Delgada (gravado no Hospital de Ponta Delgada).

A partir de amanhã iremos divulgando os nomes dos artistas que entretanto já deram a sua adesão a esta iniciativa do nosso jornal, a qual este ano conhecerá a sua 31.ª edição. Podemos ainda acrescentar que o espectáculo televisivo será dirigido por Vitor Manuel, com cenários de Hernani Lopes, dois nomes bem conhecidos do publico.

As eleições para as autarquias

Partidos em mesa redonda

Mário Soares, Sá Carneiro, Álvaro Cunhal e Freitas do Amaral

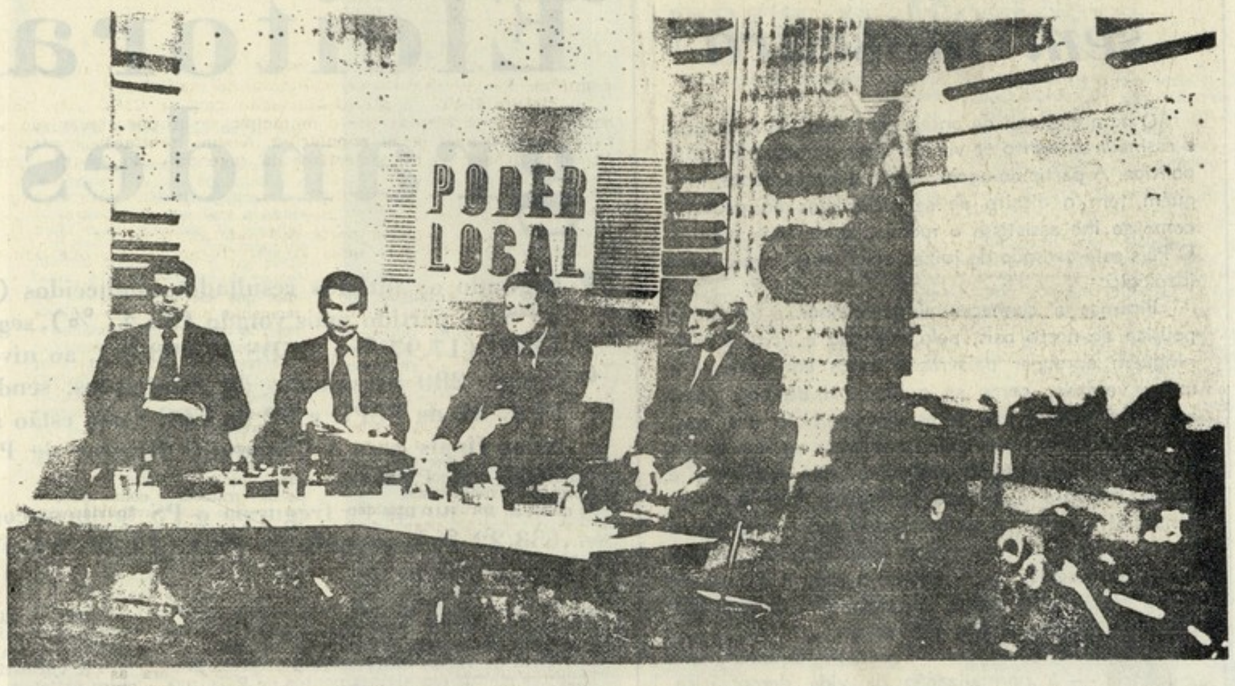
Debate polémico de três horas

A presença dos dirigentes dos quatro maiores partidos na TV, ontem à noite, proporcionou um debate vivo e cheio de interesse, que não se ficou pelo exame de cada partido aos resultados eleitorais, mas foi até à discussão de problemas políticos e económicos de âmbito nacional.

Mário Soares, Sá Carneiro, Freitas do Amaral e Álvaro Cunhal fizeram o balanço dos ganhos e perdas dos seus partidos nas eleições para as autarquias, pondo o ênfase sobre os primeiros.

Soares congratulou-se com os resultados globais, Cunhal disse que os votos na FEPU, especialmente no Alentejo, significaram uma posição de defesa da Reforma Agrária e Freitas do Amaral salientou o reforço do eleitorado do CDS em alguns centros industriais.

Depois de cada dirigente ter exposto os seus pontos de vista, proporcionaram-se momentos de diálogo vivo, com afirmações cortadas ou rebatidas pelos opositores directos. Enfim, um diálogo que terá permitido a muitos milhares de portugueses penetrarem mais profundamente no emaranhado da interpretação dos resultados eleitorais e, uma vez mais, conhecer de perto o pensamento dos quatro principais líderes políticos do País, confrontando-se directamente.



O debate estava quase a começar e Sá Carneiro tomou a iniciativa de cumprimentar os que com ele iam participar. Na imagem, Mário Soares troca um aperto de mão com o presidente do PSD.
(Foto «DN» — António Aguiar)

Antes do debate

Dirigentes políticos dominados pelos números...

Enquanto aguardavam o início do debate, os dirigentes dos quatro partidos, já depois de «preparados» para enfrentar as câmaras, encontravam-se numa das salas de recepção da TV. A um canto, Mário Soares, Jorge Campinos e Soares Louro. No outro, em frente, Sá Carneiro e a sua secretária. Ao lado, Álvaro Cunhal. Todos sentados. No meio, Freitas do Amaral e Nuno Amaral (o CDS é um partido centrista) de pé, conversavam.

Mas todos se debruçavam sobre os últimos resultados, conhecidos das eleições. Demasiado preocupados com os números, os dirigentes políticos que iriam encontrar-se, em debate, minutos depois pareciam ignorar a presença uns dos outros. Ou talvez, que a análise dos números, que certamente seria um dos pontos do debate, justificasse, de facto, tão grande interesse que, nalguns casos, até parecia ser objecto de conferência.

Arriscámos uma pergunta a Freitas do Amaral.

«Subimos em relação a Abril» — disse o presidente do CDS, lembrando que o seu partido começara com 7,75 por cento, tendo alcançado agora o objectivo de se implantar junto das massas populares.

O presidente do CDS acrescentaria ainda que «conquistámos terreno em certas zonas onde nunca pensaríamos ter tanto êxito».

Álvaro Cunhal, o secretário geral do PCP, o partido de maior influência na FEPU, mostrou-se igualmente receptivo à presença do jornalista.

«E a nossa formação que avança — disse — pelo menos nas percentagens, visto haver uma grande abstenção. A Frente está em progresso e os que previam um colapso do PCP e dos seus aliados, enganaram-se redondamente».

Alguém referiu o título da edição de ontem do nosso colega «Diário de Lisboa» («Luz verde» para o PS seguir pela esquerda). Álvaro Cunhal considerou-o como «imaginação política» e um indicativo da movimentação geral da votação.

Mário Soares fez uma pausa nas conversações que mantinha com Soares Louro e Jorge Campinos, para dizer aos jornalistas que os resultados conhecidos mostravam «uma vitória do partido do Governo, que firmava a sua presença em todos os pontos do País». E, também, referiu o título do referido vespertino, salientando que sendo «um jornal de tendência comunista é muito significativo».

«Somos de facto um partido de esquerda e os resultados eleitorais estão a confirmá-lo» — concluiu o secretário geral do PS.

«Sá Carneiro, muito ocupado na interpretação dos resultados, perguntou aos jornalistas se «estavam a fazer o jogo dos seus adversários» quando quiseram saber qual a sua interpretação dos resultados.

E ninguém conseguiu que o presidente do PSD, ainda que revelando excelente disposição, manifestasse qualquer opinião.

Entretanto, alguém disse que o tempo do debate seria de duas horas. Sá Carneiro comentou: «Contando com o Letria, não dá conta certa».

Aproximava-se a hora e o «frio» que parecia sentir-se começou a desaparecer. O presidente do PSD levantou-se e foi cumprimentar os seus companheiros de debate. Outras saudações se sucederam bem como pequena troca de palavras.

A' saída da sala, ligeira hesitação, entre Sá Carneiro e Mário Soares. Ambos teimavam em ser o último. Sá Carneiro resolveu a questão: «Por favor. O PS ainda vai á frente». — M. V.

«A FEPU está em progresso» — disse Álvaro Cunhal à reportagem do «DN»
(Foto «DN» — António Aguiar)

Freitas do Amaral e Nuno Amaral, uma dupla do CDS que revelava satisfação pelos resultados eleitorais. «Foi para nós uma vitória» — diria Freitas do Amaral aos jornalistas.
(Foto «DN» — António Aguiar)

Mário Soares considerou os resultados eleitorais «uma vitória incontestável do PS», frisando contudo, que era ainda cedo para analisar e estudar com precisão o que trouxeram estas eleições.

Para Soares, a «vitória» assume especial relevo pelo facto de o PS governar há quatro meses, numa situação de crise aguda, que obriga á adopção de «medidas impopulares». Por outro lado, o secretário-geral do PS apontou também como factores desfavoráveis para o seu partido «a santa aliança» das organizações da oposição, e a permanência de problemas importantíssimos, na sociedade portuguesa que não têm, na sua opinião, solução a curto prazo, como, por exemplo, a subida do custo de vida.

Segundo Mário Soares, as abstenções «jogaram» contra os maiores partidos, ao mesmo tempo que os resultados globais mostram «uma certa estabilidade das opções do eleitorado português, desde 25 de Abril de 75.»

De referir ainda, como pontos destacados pelo primeiro-ministro no seu comentário geral sobre os resultados, a implantação nacional do PS, a vitória deste partido nas grandes cidades e as suas subidas no Alentejo e nas zonas industriais do País. Como contraponto, Soares apresentou a da implantação regional dos outros partidos, declarando, contudo, que «é mau tirar ilações nacionais de eleições de carácter local.»

No que respeita á FEPU, Mário Soares interrogou-se mais uma vez acerca da origem partidária dos seus votos, ironizando assim o carácter amplo com que o PCP apresentou a Frente.

Cunhal: Falhanço do CDS

O falhanço dos projectos do CDS, da direita e da extrema direita, é, segundo Álvaro Cunhal, a primeira conclusão a extrair dos numeros eleitorais já publicados.

Depois de insistir no facto de haver perda considerável de votos por parte do PS e PSD, o secretário-geral do PCP declarou que a FEPU obteve um «sucesso considerável», sem conseguir, contudo, um êxito retumbante».

Estas duas afirmações foram exemplificadas por Cunhal com os resultados verificados em alguns distritos do Norte.

Por outro lado, o dirigente comunista considerou que estiveram em jogo, nestas eleições, factores de ordem diversa desde a personalidade e prestígio local dos candidatos até á sua tomada de posição perante problemas de política geral, com carácter nacional.

Assim, de acordo com Cunhal, «a maioria FEPU no Alentejo», representa um apoio á Reforma «a maioria FEPU no Alentejo» Agrária, contra «CAP, os agrários e a política ultimamente seguida pelo Governo».

Concluindo que as votações mostraram um «movimento de deslocação do eleitorado da direita para a esquerda», Álvaro Cunhal comentou as referências de Soares á «santa aliança da oposição», perguntando em quem votaram os elementos do PPD e do CDS, nos locais onde esses partidos não se apresentaram, como no Alentejo.

Sá Carneiro: PSD primeiro em maiorias absolutas

Por sua vez, o presidente do PSD, Francisco Sá Carneiro, começou por salientar que estas eleições devem ser analisadas, «sobretudo em termos de poder local». E continuou: «Ainda não são conhecidos os resultados das assembleias de freguesia, o que é importante para fazer uma ideia mais acertada destas eleições.

Sá Carneiro referiu-se ao facto de o PSD ser o primeiro partido em termos de maiorias absolutas nas camaras municipais, manifestando depois a sua discordancia sobre a forma como Mário Soares analisou os resultados eleitorais. Acusou ainda o PS de «ter feito campanha eleitoral na TV», acrescentando algumas críticas sobre a actuação de governadores civis no período eleitoral. Concluiria a sua primeira intervenção revelando algumas vitórias do PSD e concluindo que Mário Soares «tinha dado uma falsa ideia da projecção do PSD».

Freitas do Amaral: Enfraquecimento da esquerda

Para Freitas do Amaral, o CDS «não sai diminuído destas eleições», porque «aumentou o seu numero de votos e a percentagem global». «Por outro lado — sublinhou — conseguimos um numero de mandatos superior á FEPU. todos estes numeros têm maior significado se pensarmos que o CDS não concorreu em vários concelhos, pois em algumas regiões a sul do Tejo não existem condições de liberdade democrática».

Nas considerações de ordem geral que passou a fazer, o presidente do CDS manifestou a sua preocupação pela subida das abstenções («mau sinal para a democracia»), acusou, tal como Sá Carneiro, o Governo de «violar a Lei Eleitoral», concluindo, ao contrário de Álvaro Cunhal, que os resultados demonstram um «enfraquecimento da esquerda» e «confirmam e reforçam o papel da Assembleia da Republica como centro de debate político nacional».

«Não há liberdade nos Açores»

As palavras que Mário Soares proferiu de seguida causaram forte polémica com Sá Carneiro. Afirmou Mário Soares que, em algumas partes dos Açores «não há condições de liberdade democrática»; retorquiu Sá Carneiro que «se tratava de uma afirmação muito grave, semelhante ás de Alvaro Cunhal». A questão acabaria por ser ultrapassada sem que ambas as partes abandonassem as posições afirmadas.

A primeira parte do programa terminou com a resposta de Mário Soares ás referências ao carácter minoritário do Governo socialista: «Este Governo tem esta composição, em primeiro lugar, porque o programa passou na Assembleia e depois porque o Presidente da Republica tomou a decisão de me convidar para o formar.» E terminou: «No dia em que a Assembleia da Republica votar uma moção de desconfiança ao Governo, pois tiraremos daí as consequências constitucionais conformes; de qualquer modo, a partir de agora, todos os partidos têm responsabilidades perante a Nação.»

A «questão açoriana» voltaria, contudo, a ser retomada pelos dirigentes do PSD e do PS, a propósito da descentralização regional. Para Sá Carneiro, o Governo PS tem criado dificuldades aos Governos social-democratas das ilhas, nomeadamente no que respeita á cobertura dos seus «deficits» orçamentais. Soares respondeu que o Governo tem de atender á situação do conjunto nacional não devendo beneficiar particularmente esta ou aquela região.

Base das Lajes: Ponto quente

A propósito das ilhas e da descentralização, voltou a estar ontem em foco o problema da renegociação do contrato de exploração da base das Lajes.

Embora frisando que o PSD não pretende retirar das Lajes vantagens políticas, Sá Carneiro considerou injusto que a base fosse utilizada para empréstimos, que depois são distribuídos como o Governo central entender, beneficiando todas as regiões e não os Açores em particular.

Em resposta ao secretário-geral do PSD, Alvaro Cunhal sublinhou que a exploração de uma base não é comparável com a utilização de uma riqueza regional, assumindo um ambito nacional por ter implicações de carácter militar, diplomático e político em geral.

«Só o Governo central está em condições de negociar aspectos como esses», sublinhou Alvaro Cunhal.

O Governo em questão

A discussão da actual política governamental e da eventual existência de alternativas democráticas de Poder, neste momento em Portugal ocupou praticamente a segunda parte do debate televisivo de ontem.

Considerando que «o Governo governa mesmo», e que o PS se sente forte e apoiado, «como partido mais amado», Mário Soares adiantou que em 24 de Dezembro o Conselho de Ministros analisará a política geral do gabinete socialista e apontará o rumo a seguir.

De qualquer modo, o primeiro-ministro reafirmou que não serão feitas alianças de qualquer tipo, «embora possam ser realizados acordos de acção pontual, dentro do interesse nacional e do diálogo que o Governo prosseguirá».

Cunhal: Contra a recuperação capitalista

Por sua vez, o secretário-geral do PCP começou por destacar o «tom mais brando» com que os «partidos de direita» falam depois das eleições, para afirmar de seguida que não deverão ser os trabalhadores a suportar as dificuldades da recuperação económica.

Cunhal criticou ainda a «política agressiva do Governo contra a Reforma Agrária», e a «interpretação subjectiva» da lei que a orienta.

Ao mesmo tempo, o dirigente do PCP atacou a restituição das empresas aos antigos patrões e o constante recurso aos créditos externos, que, segundo afirmou, «nos penduram no estrangeiro como o enforcado numa corda».

Passando ás alternativas, Cunhal reconheceu que «não existe uma efectiva maioria de esquerda, porque socialistas e comunistas não se estão a entender». Chamando a atenção para as soluções apontadas no VIII Congresso do PCP, Alvaro Cunhal frisou que está a reduzir-se perigosamente a base de apoio político e social do Governo». Seja como for, o secretário-geral do PCP sublinhou que não há interesse «em que caia o Governo PS para vir outro, do PSD e do CDS.

PSD: Oposição intensificada

«A nossa oposição intensificada, que começou antes, irá ser continuada», declarou Sá Carneiro a propósito da atitude do seu partido perante o Governo.

«O PSD não quer estar com o PS no Governo», continuou, «e opor-se-á sempre que a política PS sobreponha o interesse partidário ao interesse nacional e enquanto não houver uma política económica definida.»

Esta lacuna foi, aliás, apontada por Sá Carneiro quando criticou o que chamou de «orçamento do descalabro». Outros pontos em que o PSD ataca o Governo: não cumprimento de prazos, lei das eleições para as autarquias, política para as ilhas e a centralização administrativa.

CDS: Governo ou oposição

«O CDS ou está no Governo, ou na oposição», sublinhou ontem Freitas do Amaral, explicando que a atitude do CDS depende da capacidade do Governo para resolver os problemas nacionais e da proximidade dessas soluções com o programa e os princípios «centristas».

Freitas do Amaral adiantou que o seu partido passará a uma «oposição revigorada, uma vez que, em seu entender, «o Gabinete PS não correspondeu á expectativa criada e ás promessas feitas».

Frisando que o Governo tem feito «obstrução sistemática» às alternativas apresentadas pela oposição na Assembleia da República, o presidente do CDS considerou desejável a existência de um maior diálogo com o Governo e criticou «a flutuação das análises económicas do PS antes e depois dos actos eleitorais».

A situação da economia foi precisamente o aspecto que o presidente do CDS se preocupou em analisar mais em pormenor, apontando o que lhe falta fazer, e o que pretende o seu partido. Assim, foram apontadas como fundamentais as seguintes medidas: definição do papel dos vários agentes económicos, delimitação dos sectores público e privado, reconhecimento da função da iniciativa privada, devolução das pequenas e médias empresas «nacionalizadas por arrastamento» dos sectores básicos, «afirmação e respeito da lei e da autoridade do Estado democrático.

A este respeito, Freitas do Amaral apontou o caso Lobata, onde em sua opinião, a actuação violenta vem dos que «procuram cercar a propriedade alheia, impedindo o cumprimento da lei».

A este respeito, Alvaro Cunhal observou que a argumentação apresentada escondia o que o CDS pretende: «Carregar sobre os trabalhadores alentejanos e entregar as terras aos agrários.»

Cunhal e o «leader» do CDS acusaram-se, depois, mutuamente de actuações não democráticas, nas zonas onde dominam e inclusivamente de ligações dos seus partidos com bombistas e atentados terroristas. O secretário-geral do PCP referiu-se, neste aspecto, á identificação da presença de bombistas confessos em comícios do CDS e muito próximos de Freitas do Amaral».

O perigo inflacionista

Continuando a definição da política económica do CDS, Freitas do Amaral chamou a atenção para a necessidade de definir uma estratégia anti-inflacionista paralelamente a um programa de expansão da actividade económica. Como soluções concretas, considerou incompleto o esquema do «cabaz de compras» e defendeu a indexação de salários.

Descentralização: debate aberto

Depois de eleições para o poder local, a descentralização teve de surgir como tema durante o debate de ontem. Para além de referências gerais, pouco foi contudo, avançado.

Enquanto Sá Carneiro e Freitas do Amaral atacavam a asfixia económica das autarquias locais manifesta no Orçamento Geral do Estado para 1977 (apenas 5 %) do total das despesas publicas a cargo das autarquias), Mário Soares tentou defender-se mencionando a herança recebida de «uma máquina de Estado muito pesada, centralizada e burocratizada».

O primeiro-ministro considerou o problema ainda em aberto, e sujeito a alterações no debate que será realizado na AR.

Sá Carneiro não se mostrou de qualquer modo satisfeito com as respostas dadas, apresentando como exemplos os casos das ilhas, onde, considera haver bloqueamento da iniciativa local por parte do Governo Central.

A Reforma Agrária

Depois de o secretário-geral do PCP ter concentrado a política de austeridade, justificando, por exemplo, a oposição deste partido ao pagamento parcial do 13.º mês, entrou-se na última intervenção do programa, constituída, praticamente, pela resposta do Governo ás críticas da oposição.

«Somos um Governo minoritário que quer governar em diálogo com a oposição; se é um facto que algumas propostas de lei se atrasaram em relação ao inicialmente previsto, não aconteceu assim na maioria dos casos e agora até sucede que a Assembleia da Republica começa a estar sobrecarregada com propostas de lei» — sublinhou Mário Soares.

Sobre a autoridade do Estado, o primeiro-ministro disse que o Governo «conseguiu modificar o clima existente no País, sem violências nem perturbações, apelando á compreensão das massas trabalhadoras que, em muitos casos, corresponderam».

A Reforma Agrária foi tema de palavras significativas de Mário Soares: «Temos uma política de reforma agrária diferente do PCP, como ficou claro na intervenção televisiva do ministro António Barreto; queremos que a Reforma Agrária avance, mas uma reforma que entregue, efectivamente, as terras aos trabalhadores, respeitando o direito de reserva, e não transformando as unidades colectivas de produção em feudos dos sindicatos. Para isso asseguramos a autoridade do Estado não só no Alentejo como em todo o território nacional; é tão importante que o dr. Freitas do Amaral possa deslocar-se a Beja como o dr. Alvaro Cunhal aos Açores.»

Mário Soares referiu-se também aos tribunais, que, na sua perspectiva, «têm denotado algumas deficiências, nomeadamente no que respeita ao julgamento dos pides e no processo ao assassínio de Humberto Delgado». «Mas», ressalvou, «o facto é que, numa democracia, o Governo não pode pressionar os tribunais».

Consolidar a democracia

A crise económica mereceu uma referência detalhada por parte do primeiro-ministro: «Durante muito tempo, e em virtude da crise existente, os governos provisórios recorreram a empréstimos e á venda do ouro; a política de empréstimos do actual Governo, por razões de interesse nacional, terá que manter alguns aspectos confidenciais, pelo que antes das discussões na Assembleia da Republica, esses pontos serão comunicados aos secretários-gerais dos partidos da oposição. Asseguro que não aceitaremos quaisquer condicionamentos políticos relacionados com os empréstimos externos, mas, perante a actual crise, só poderia haver três saídas: ou parar as importações de produtos básicos, ou vender o ouro, ou, sem ceder a pressões políticas, recorrer a empréstimos externos nas condições mais favoráveis que for possível».

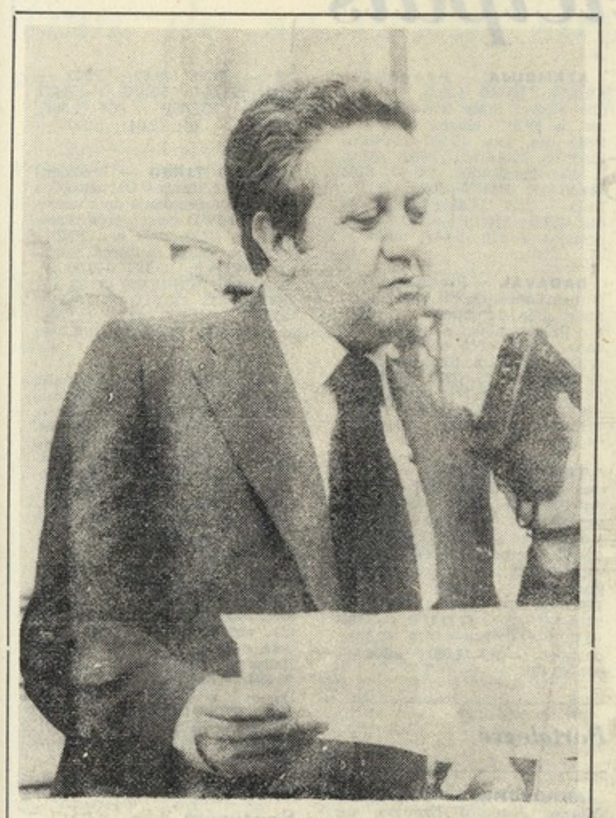
Mário Soares defendeu ainda os esquemas de poupança forçada propostos pelo Governo (caso do 13.º mês) e reafirmou a intenção do executivo em garantir a actividade da iniciativa privada nos termos previstos na Constituição, assim como assegurar a actividade das empresas que os trabalhadores salvaram da falência. Para isso revelou que vai ser estudado o estatuto da autogestão e que já baixou á Assembleia da Republica o projecto de lei sobre a delimitação dos campos de actuação dos sectores privado e publico.

E o primeiro-ministro concluiu: «O regresso ao passado, com que sonha a extrema-direita, não é possível, tal como não é possível uma situação ditatorial de outro tipo; apesar das divergências que aqui se registaram, penso que se constataram largas faixas de consenso, que permitem caminharmos juntos na consolidação da democracia.»

- **MÁRIO SOARES: Não às alianças «embora possam ser realizados acordos de acção pontual»**
- **SÁ CARNEIRO: «O PSD não quer estar com o PS no Governo (...) enquanto não houver uma política económica definida»**
- **ÁLVARO CUNHAL: «Não existe uma efectiva maioria de esquerda porque socialistas e comunistas não se estão a entender»**
- **FREITAS DO AMARAL: O CDS vai passar a uma «oposição revigorada», uma vez que «o gabinete PS não corresponde à expectativa criada e às promessas feitas»**

As eleições para as autarquias

Presidentes das Câmaras: quem são e o que pensam



Soares aos jornalistas: «Estas eleições devem dar lugar a uma ampla reflexão»

Mário Soares

Não pode renascer a ideia de maioria de esquerda

«Não pode renascer a ideia de maioria de esquerda, pois ela só existiu na cabeça de alguns. O PCP não pode, assim, fazer renascer esta ideia, pois as pessoas votaram no PS sabendo que não haveria coligações» — afirmou Mário Soares, ontem, à entrada para o Conselho de Ministros.

Sobre o significado político destas eleições, o primeiro-ministro e secretário-geral do PS afirmou: «Não se deu uma dimensão nacional a estas eleições e parece-me que os partidos têm tido a preocupação de mostrar que ela é local. A prova desse facto é que, numa mesma localidade, houve votações diferentes entre a camara municipal, freguesia e assembleia municipal, tendo saído vitoriosos partidos diferentes em cada caso. De qualquer maneira, estas eleições devem dar lugar a uma ampla reflexão.»

Por outro lado — acrescentou Mário Soares — entrou em jogo, bastante, o factor pessoal: as personalidades que concorreram por este ou aquele partido puderam, assim, modificar os resultados eleitorais.»

Fazendo, depois, a análise dos resultados em relação a cada um dos mais importantes partidos políticos, Mário Soares declarou: «A FEPU, ou seja o PCP, que é o seu partido mais importante, mantém-se sólido no Alentejo, só perdendo episodicamente num ou noutro local. O CDS teve algumas incursões para o Sul e o PPD mantém as suas posições nas ilhas e nas áreas que normalmente domina. No que diz respeito ao PS, continua a ser o grande partido nacional, ganhando tanto em Melgaço como no Sul.»

«Apesar da santa aliança contra o PS, como aconteceu no caso das críticas convergentes contra o 13.º mês, por exemplo, e das dificuldades que o Governo tem de enfrentar face a uma crise económica séria, o PS mantém uma situação sólida, e não é indiferente ganhar a Camara de Lisboa ou Porto ou a camara de uma vila de provincia, embora conte como um ponto, do ponto de vista numérico.»

MANUEL ALEGRE: «Santa aliança PCP, PPD e CDS»

O secretário de Estado da Comunicação Social, Manuel Alegre, declarou, por sua vez, à entrada para o Conselho de Ministros, que «há uma fixação do eleitorado, apesar da santa aliança que foi, por várias vezes, feita contra o partido em que assenta o Governo Constitucional. Esta santa aliança não deixa de ter, no entanto, certa piada, pois foram os partidos que diziam que o PS queria fazer alianças com o PCP que as acabaram por fazer».

Sobre o facto de a FEPU não ter falado na televisão, como desejava, em resposta a Mário Soares, Manuel Alegre declarou que não foi a Secretaria de Estado que determinou a proibição, mas sim a administração da RTP. «Conforme já foi dito publicamente, a Secretaria de Estado limitou-se a lembrar a lei que não permitia aos partidos fazerem campanha eleitoral na televisão, para estas eleições.»

Aquilino Ribeiro Machado:

Lisboa dará prioridade ao problema da habitação

Lisboa escolheu Aquilino Ribeiro para a presidência da Camara. Espera, agora, o combate a muitos dos problemas que são casos do quotidiano.

Naturalmente, o presidente eleito para a CML tem um plano. O «DN» entrevistou-o e soube que os problemas que o município se propõe atacar são aqueles que se prendem com as carências sentidas pelas populações. Assim, habitação, transito, abastecimento e preços e equipamento urbano — são objectivos da «agenda». No entanto, para já, a prioridade dirige-se à habitação.

Mas o presidente da CML a mais se propõe. Por exemplo: limpar as ruas e tapar os buracos. E' que Lisboa, na opinião do presidente da edilidade, «chegou a um extremo de degradação que choca a maior parte dos habitantes e torna a vida na cidade bastante incómoda. Lisboa merece uma cara mais lavada do que aquela que tem agora».

A acção dos socialistas no comando da CML visará, em primeiro lugar, «inserir o novo orgão dentro do corpo já existente» começou por referir Aquilino Ribeiro. Assim, primeira preocupação é «tornar dinamico» o orgão dentro da camara, de forma a que ele possa ter efectiva intervenção no «arejamento» dos serviços da «velha casa» da Praça do Município e, logo, responda aos problemas de Lisboa».

De qualquer forma, o presidente que a capital elegeu para chefiar a sua edilidade, acrescentou que os problemas a tratar, são «antes de mais nada, problemas que se prendem com as carências que as populações sentem neste momento». E esses, a saber, referem-se à habitação, transito, abastecimento e preços e equipamento urbano.

Todos estes domínios («sem excepção» como acentuaria Aquilino Ribeiro) constituem preocupação para o município. No entanto, há prioridades — e essas dirigem-se ao sector da habitação.

Neste contexto, a CML empreenderá uma acção «dinamica» no sentido de «urbanizar os terrenos ainda aproveitáveis em Lisboa». Esta acção, de acordo com Aquilino Ribeiro envolverá uma proposta dos socialistas para que aqueles terrenos seja aplicada a Lei dos Solos.

Construção de casas e melhoria de outras

Naturalmente são precisas mais casas, muitas casas, para resolver o problema habitacional. Todos sabem que isso não se poderá fazer de um dia para outro. Mas, claro, há planos.

«Tentaremos fazer mais casas», com os meios de que a Camara disponha e também com a ajuda do Ministério da Habitação e Urbanismo» diz Aquilino Ribeiro, que acrescenta: «casas dirigidas para as classes mais desfavorecidas, que são aquelas que, neste momento, mais sentem o problema da carestia de vida e da alta dos preços das rendas».

O problema habitacional, contudo, são, também, bairros de lata. Também, ainda, casos de ocupações. Disso falou igualmente o presidente da CML:

«Relativamente aos bairros de lata vamos procurar desenvolver uma acção de vulto, no sentido de os erradicar e construindo — na medida das possibilidades da Camara e da dinamização dos meios que, para o efeito, recebermos da parte do Governo. Enfim: um ataque frontal da situação existente. «Quanto ao problema das ocupações», prosseguiu, «procuraremos, também, como legítimos representantes da população, encontrar soluções adequadas e justas para as situações que foram criadas. Situações justas que pressupõem a contemplação e legalização dos casos de ocupações socialmente relevantes e, evidentemente, fazer uma clarificação de alguns dos casos que corresponderam a meras atitudes de oportunismo». A propósito, Aquilino Ribeiro afirmou, ainda, que para resolver a situação se procederá «a uma intervenção casual, ponto por ponto».

Visando o problema habitacional, a acção dos socialistas na CML abarca, porém, outro domínio. Há casas que precisam de melhoramentos e de obras, que não foram feitas por qualquer razão, e, sobre elas, incidirá um plano de acção que o presidente do município lisboeta explicou:

«A nossa preocupação é fazer, também, com o auxílio das juntas de freguesia (...) o inventário daqueles casos de prédios que não foram melhorados por mera atitude de inércia, incuria ou desleixo dos senhorios. Esses terão de fazer as obras que se impõem. Nos casos em que tal não aconteça (nomeadamente por falta de recursos dos proprietários) procuraremos amplificar, tanto quanto possível, o programa de recuperação dos imóveis degradados, que corresponde a diploma legal publicado há pouco tempo.»

Reintroduzir a prevalência do transporte colectivo

O transito de Lisboa é um «problema extremamente complexo», diria Aquilino Ribeiro, interrogado sobre o que a CML fará naquele domínio. Considerando que o problema «não é uma causa mas uma consequência da situação de extrema inorganicidade a que a cidade chegou» acrescentou:

«O problema do transito tem de ser resolvido no plano do urbanismo, na introdução de uma certa organicidade em Lisboa, e tem de se resolver no plano das medidas concretas e de disciplina. Assim, sobretudo através da prioridade absoluta da necessidade de reintroduzir, gradualmente mas firmemente, a prevalência do transporte colectivo sobre o transporte privado».

Entretanto, falando sobre os transportes publicos, Aquilino Ribeiro salientou que a CML reivindicará audição junto dos servicos oficiais competentes, propondo-se a um papel de intervenção na discussão dos problemas, visando, assim, que as vantagens a usufruir pela população sejam «efectivamente amplas» e correspondam às necessidades.

•

Para finalizar, convém recordar que as finanças da Camara de Lisboa estão condicionadas. A questão foi posta a Aquilino Ribeiro e a resposta foi de esperança:

«Esperams que, de acordo com o que o Governo está a estudar sobre esta matéria (que gradualmente será submetido à Assembleia da Republica) se contemple o caso da CML, com a devida e justa participação nas receitas globais do Estado».

Entretanto, a população de Lisboa pode esperar da acção dos socialistas no comando da CML «o melhor empenho na resolução destes problemas, com o principio de sobrepor sempre os interesses colectivos aos interesse particulares», tal como afirmou Aquilino Ribeiro.

Eng.º Aquilino Ribeiro: «A população de Lisboa pode esperar o melhor empenho na resolução dos problemas, com o princípio de sobrepor sempre os interesses colectivos aos interesses particulares» (Foto D. N. — Estêvão António)

Presidente da CML nasceu em França

Aquilino Ribeiro Machado — o primeiro presidente que Lisboa elegeu para a sua Câmara — tem 46 anos.

Licenciado em engenharia civil pelo Instituto Superior Técnico (em 1954), esteve sempre dedicado aos problemas da habitação e urbanismo. Trabalhou, durante vários anos, na CML de onde passou para o Gabinete Técnico de Habitação (que fez os Olivais e está fazendo Chelas) e daí para o Ministério das Obras Públicas, onde foi director de serviços no Fundo de Fomento da Habitação. Exerceu a engenharia também a nivel liberal.

Sempre ligado à oposição democrática (pertenceu à Associação Socialista Portuguesa) Aquilino Ribeiro Machado ingressou no Partido Socialista depois do 25 de Abril. Entretanto, foi deputado à Assembleia Constituinte e pertence, agora, ao grupo parlamentar do PS na Assembleia da República.

Como curiosidade sublinhe-se que o presidente da CML nasceu no Sul de França. Seu pai — o escritor Aquilino Ribeiro — estava exilado.

Veríssimo Silva (V. F. Xira)

Saneamento básico é tarefa principal

Cobrir quase totalmente o concelho de Vila Franca de Xira com electricidade, esgotos e abastecimento de água — é um dos objectivos do Município, declarou ao «DN» o presidente eleito, José António Veríssimo Silva (FEPU).

O esforço da Câmara incidirá, também, sobre as infra-estruturas sociais, nomeadamente no que diz respeito ao novo hospital distrital, centros coordenadores de saúde, lares de idosos, infantários, bibliotecas e campos desportivos, entre outras realizações.

O chefe do Município afirmou, por outro lado, que tudo será feito «para que não haja duas Câmaras dentro de uma Câmara» e antes «a maior compreensão e entendimento».

Veríssimo Silva frisaria, entretanto, que a edilidade não partia do zero, uma vez que o ordenamento do concelho fora estudado pelas comissões administrativas da Camara e junta de freguesia e estão em execução muitos projectos relativos às principais carências. Assim, nesta segunda fase de «administração local democrática» as tarefas serão levar à prática grande parte de programação estabelecida, que inclui os objectivos já enunciados.

Entretanto, uma das carências mais significativas do concelho situa-se no domínio da habitação. A propósito, depois de lembrar a existência de mais de quatro mil lotes clandestinos ainda sem infra-estruturas, o presidente da Camara de Vila Franca declarou:

«O nosso objectivo será levar a que o Fundo de Fomento de Habitação financie um plano de construção de habitação social que elimine todos os bairros de barracas, e apoie, igualmente um plano de beneficiação de muitas das habitações degradadas. No concernente aos loteamentos clandestinos, continuaremos os esforços para os dotar de infra-estruturas e dos equipamentos que forem necessários (...) Em resumo, a nossa acção terá que virar-se, no fundamental, para a realização do ordenamento do concelho, a total cobertura das infra-estruturas básicas, o crescimento de equipamentos colectivos e a crescente resolução das carências habitacionais.»

Lutar pela autonomia financeira

Veríssimo Silva acrescentou, porém, que se parte destes objectivos são viáveis, outros apenas se poderão realizar «se a reclamada e prometida autonomia financeira, indispensável ao desenvolvimento local, se concretizar».

«Esperamos — adiantou — que o Governo cumpra este objectivo constitucional e não caia na tentação de estabelecer critérios de preferência política, tal como antes do 25 de Abril, no apoio a atribuir às camaras. Se tal acontecer, teremos que o desmascarar em nome da população».

De qualquer modo, o presidente eleito para o município vila-franquense mostrou-se convicto de que «esta administração, tal como na anterior, conseguirá, com base na sua acção dinamica e convincente, ser uma forte alavanca, inclusivé a nivel distrital, na luta pela efectiva autonomia financeira dos municípios».

«No que respeita à nossa acção» acrescentou, ainda, «tudo faremos para que não haja duas camaras dentro de uma camara e para que haja, sim, a maior compreensão e entendimento entre todos os cidadãos eleitos pela população — unica forma de consolidar, verdadeiramente, a estabilidade da democracia na vida municipal e realizar, harmoniosamente, o programa local ao serviço de todo o povo».

Resta acrescentar que José António Veríssimo Silva, tem 34 anos, sendo natural de S. José dos Montes. E' membro do PCP e desempenhava, desde Junho de 1974, o cargo de vice-presidente da comissão administrativa da camara de Vila Franca de Xira.

Um esclarecimento

O «Diário de Notícias» procurou contactar com presidentes eleitos, pertencentes às várias listas concorrentes às eleições, que vão estar à frente dos destinos de algumas das mais importantes cidades do País.

Relativamente aos candidatos da Frente Eleitoral Povo Unido os nossos esforços concentraram-se na localização, primeiro, do presidente da Camara de Beja, José Carlos Reis Colaço — que verificámos encontrar-se em Lisboa — E, depois, do presidente da Camara de Evora, Abílio Fernandes, a quem solicitámos, telefonicamente, elementos biográficos e declarações relativamente ao seu programa de acção. Porém, nada podemos publicar — o que lamentamos — por o novo chefe do Município eborense se ter escusado a responder de imediato, preferindo só hoje prestar declarações, pessoalmente, a um representante do «DN».

Aureliano Veloso (Porto)

Menos obras de fachada e beneficiar a população

«Nada de fazer obras de fachada, importa beneficiar a maioria da população», afirmou, ao ser entrevistado pelo «DN», o eng.º Aureliano Veloso, que, encabeçando a lista do Partido Socialista, foi no domingo eleito presidente da Camara Municipal do Porto.

Engenheiro químico de profissão, nascido em 1924 em Folgosinho, concelho de Gouveia. «Não me considero um político», explicar-nos-ia. Irmão do brigadeiro Pires Veloso, comandante da Região Militar do Norte, ele é filho de um cabeça de lista do CDS para a camara de outro concelho. «Fugi sempre da vida política. Aliás, já em 1969 fui convidado pelos drs. António Macedo e Araujo Correia para fazer parte da CEUD e recusei. Em primeiro lugar pelo que lhe disse: não querer entrar na vida política, e, em segundo, porque a oposição se tinha dividido.»

Quisemos saber do eng. Aureliano Veloso se iria funcionar como um técnico ou como um político, tanto mais que se apresentara como independente.

«Não sou filiado no Partido Socialista, mas considero-me um verdadeiro socialista. O que não me adapto é à disciplina partidária. Quanto à minha acção neste cargo ser estritamente técnica, talvez não. Terei de actuar como político, mas numa acepção suprapartidária. Quando fui convidado para encabeçar a lista do PS, eu disse logo que não ia defender os interesses do partido mas sim o espírito do seu programa. (Este é para mim, já o disse anteriormente, o mais justo de todos para defender os interesses da população). Sei é que quem não tiver espírito socialista, não poderá sentir os problemas da comunidade, como acontece, por exemplo, a quem possuir pendor elitista. Isso é evidente.»

Guerra ao lixo

Aureliano Veloso fez parte dos corpos gerentes da Ordem dos Engenheiros e, militante cooperativista de há muito, foi presidente da direcção da Cooperativa de Lordelo, de onde transitou para a Unicoop. Do seu currículo profissional: sete anos como chefe de laboratório da Direcção das Alfandegas e, mais recentemente, administrador de uma empresa industrial privada.

As tarefas prioritárias são, praticamente, comuns a todos os partidos que se candidataram. Mas, o presidente do município que corresponde à segunda cidade do País, enumerou a habitação, o saneamento, o lixo, o transito e o apoio à criança como as de mais urgente solução.

O panorama habitacional portuense não é animador. No dizer do eng. Aureliano Veloso trata-se de «um problema levado da breca». Falamos das zonas degradadas, onde quatro paredes espartilha um lar de miséria e insalubridade. Depois, abordamos os bairros camarários, construídos nas zonas periféricas da cidade para albergar os habitantes das «ilhas» (designação anterior de «zonas degradadas»).

Por outro lado, diz-nos o nosso entrevistado, que o saneamento é outra faceta terrível não para os que vivem nas zonas degradadas, mas também no aspecto de poluição que abrange os municípes que vivem em condições já um pouco melhores».

«O problema das lixeiras preocupa-me de há muito. Ainda estes dias estive a reler uma carta que há cinco ou seis anos escrevi para a camara por causa das lixeiras na zona de Serralves, onde resido. Como sabe, a população de um modo geral, está mal habituada e ainda há certo numero de pessoas que vai por o lixo às portas de outras, ou criam lixeiras em quaisquer recantozinhos, da cidade. O resultado é que temos invernos em que as moscas não desaparecem, o que constituiu tremendo atentado contra a saude. Se os municípes não quiserem colaborar de boa vontade, teremos de ir para a multa, por que importa defender a saude publica e não será meia duzia de individuos que poderá prejudicar a saude dos outros. Doutro modo não seria democracia, mas bandalheira.»

Os corredores «Bus» mantêm-se

No que respeita a transito, quase todas as camaras fizeram tentativas de solução. Puseram-se semáforos, rasgaram-se vias de acesso e o congestionamento pouco se alterou. Os corredores («Bus») para transportes publicos surgiram finalmente e a sua realização será continuada. Aureliano Veloso reconheceu essa necessidade. «Está cá uma equipa suiça a orientar a organização desses corredores e tenho a impressão de ter ajudado a resolver o problema, dando facilidade de circulação à maioria que viaja em transportes publicos. De qualquer modo, na lista de candidatos do PS há técnicos altamente qualificados para o estudo e solução dos problemas mais urgentes da cidade. Aliás, de um modo geral, são mais técnicos que politicos!»

A criança tem estado desprotegida. Os jardins-escolas e as creches são em numero insuficiente. Algumas comissões de moradores tomaram a iniciativa de montar estabelecimentos, gratuitos e «ad hoc» da especialidade. Porém, a protecção oficial não se tem verificado. «De facto, isso é um problema importante», afirma-nos Aureliano Veloso. «Suponho que algumas dessas creches estão a funcionar razoavelmente. Estou ligado à Associação de Moradores de Serralves, que tem trabalhado bastante bem. A Direcção da AMS tem trabalhado bastante bem e imposto uma disciplina apartidária, enquanto há lá moços novos que gostariam de transformar aquilo num clube politico e actuarem de determinada maneira.

«Relações da Camara a que presidirá com as organizações populares de base?»

«Eu gostaria dessa colaboração por intermédio das juntas ou directamente.» Igualmente afirmou que tomará em conta essas comissões desde que «se apresentem com gente séria, estarei sempre aberto. Não iria mudar por ser presidente da Camara do Porto!» Presidente que vai remexer na Camara, democratizá-la, tentar proporcionar-lhe um ambiente favorável ao trabalho. Por isso mesmo, Aureliano Capelo Veloso confia-nos aquilo que espera da população do município a que preside.

«Solicito-lhes especialmente colaboração quer através das juntas de freguesia — o que acho lógico porque, como temos autarquias locais eleitas, as juntas devem funcionar localmente, já que conhecem melhor os problemas da sua área — e inclusive por uma questão de hierarquização. Se os municipes puserem os problemas à junta esta poderá resolvê-los porque são comuns a várias freguesias. Mesmo aqui existem prioridades, pois há os que vivem em zonas degradadas e é fundamental que estes sejam atendidos em primeiro lugar.

Aberto a críticas, o eng.º Aureliano Veloso assumirá dentro em breve e oficialmente as funções de presidente da Camara Municipal do Porto, com a particularidade de se integrar num esquema democrático. Ressalva apenas os «golpes» com os quais não embarcará.

Eng.º Aureliano Veloso: «Gostaria da colaboração entre a Camara e as organizações populares de base, por intermédio das juntas ou directamente; desde que se apresentem como gente séria estarei aberto ao diálogo»

Cunhal satisfeito com votação na FEPU

Falando, na madrugada de ontem, aos jornalistas presentes na Fundação Gulbenkian, o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, manifestou-se «satisfeito» com os resultados conhecidos até então, classificando de «grande sucesso» a votação obtida pela Frente Eleitoral Povo Unido. Álvaro Cunhal reafirmou a «posição crítica» do PCP em relação ao Governo, mantendo, no entanto, a «necessidade de aproximação» entre socialistas e comunistas.

O secretário-geral do PCP aproveitou a ocasião para tecer fortes críticas a alguns dos actuais ministros, com destaque para o responsável pela Agricultura e Pescas. Para Álvaro Cunhal, a votação no Alentejo «traduz o repúdio pela política de António Barreto», reflectindo, também, «que o PS congregou muitos votos da direita».

A viagem de Mário Soares ao Brasil foi também tema de algumas questões formuladas a Álvaro Cunhal, que, «sem colocar objecções de princípio», afirmou «sérias reservas e apreensões» relativamente à oportunidade da deslocação. Acrescentou ainda que gostaria de ver esclarecida uma notícia publicada no jornal brasileiro «O Globo», segundo a qual membros das famílias Vinhas e Espírito Santo estariam convidados para algumas das recepções que se realizarão, no Brasil, em homenagem ao primeiro-ministro.

Jorge Campinos na Gulbenkian

"Resultados reforçam posição do Governo"

O ministro sem pasta Jorge Campinos, numa conferência de imprensa realizada na madrugada de ontem, num dos auditórios da Fundação Gulbenkian, afirmou «ser incontestável que o Governo sai reforçado destas eleições». «Os ataques da oposição», prosseguiu o ministro, «não correspondem, portanto, ao estado de espírito da população do País.»

Jorge Campinos, que se afirmou sempre optimista quanto à evolução dos resultados (à hora a que decorria a conferência estava ainda por apurar mais de metade das freguesias do País) sublinhou «a descida do PSD» e «a ligeira subida do CDS», manifestando a sua convicção em que «o PS iria ganhar um numero de concelhos superior ao de Abril». O ministro enumerou, de seguida, uma série de concelhos ganhos pelos socialistas aos partidos da oposição, destacando os casos do Alentejo e atribuindo essa vitória à política de António Barreto.

A vitória socialista em Porto Santo foi particularmente saudada pelo ministro: «Faremos de Porto Santo um modelo de gestão democrática dos municípios.» Recorde-se, a propósito, que Jorge Campinos foi deputado pelo círculo do Funchal (que integra o concelho de Porto Santo) às eleições legislativas.

Finalmente, e respondendo a uma pergunta sobre os problemas internos no PS, Campinos declarou ser necessário «separar o trigo do joio». «De qualquer modo», concluiu, «a minha opinião pessoal traduz-se no desejo de que tudo se possa resolver e que os membros suspensos possam, novamente, dar ao partido a sua militância.»

Eng.º Barata Portugal (Tábua)

Iniciativas no turismo e rede de saneamento

O presidente eleito da Camara Municipal de Tábua é o eng.º António Barata Portugal, de 38 anos, director de um estabelecimento fabril, natural de Coimbra e residente naquele concelho, onde é presidente da comissão política local do PPD-PSD, partido pelo qual concorreu às eleições para as autarquias locais.

«O concelho de Tábua, como todos os concelhos interiores do País, tem muitas carências no que diz respeito ao abastecimento de água e rede de esgotos», afirmou-nos o eng. Barata Portugal, quando, contactado telefonicamente, nos revelou alguns dos projectos que tenciona levar a cabo, durante o seu mandato camarário.

Assim, disse-nos estar prevista uma acção no domínio do turismo, centrada na zona da barragem da Aguieira, que será utilizada como cartaz de propaganda turística. No entanto, haverá que melhorar substancialmente a rede de estradas que liga o concelho a outros centros urbanos — a sede do distrito, Coimbra, dista 65 quilómetros de Tábua, mas as ligações rodoviárias entre as duas localidades, através da chamada estrada da Beira, estão em precárias condições.

Por outro lado, afirmou ainda o nosso entrevistado, embora o concelho seja dos mais electrificados do País (havendo apenas um reduzido numero de pequenas povoações ainda sem electricidade), será necessário remodelar as linhas de distribuição da energia eléctrica, tendo em vista, especialmente, a instalação de novas industrias.

O ensino, a agricultura e a saude constituem também outros objectivos a atingir pelo dirigente social democrata. Assim no ensino, há o problema das escolas primárias «em muito mau estado» e a ausência de cursos técnicos na escola secundária. No domínio da agricultura, nota-se a carência de estruturas técnicas de apoio à população, que, na sua maior parte, vive das actividades agrícolas. Por último, quanto à saude, o concelho de Tábua, possuindo «um dos melhores hospitais regionais», não tem equipas médicas suficientes para desempenhar a sua missão, pelo que, na opinião do eng.º Barata Portugal, o problema terá de ser resolvido no âmbito da criação de um Serviço Nacional de Saude.

As eleições para as autarquias

Como votou o País

Resultados para as Câmaras Municipais

CÂMARAS MUNICIPAIS	NUMERO DE CONCELHOS EM QUE CONCORREU	VOTOS	MANDATOS	PRESIDENTES ELEITOS
CDS	207	542 279 (15,93)	285 (16,4)	32
FEPU	249	611 627 (17,97)	256 (14,7)	37
GDUP	65	75 384 (2,21)	2 (0,1)	-
LCI	11	2 469 (0,07)	-	-
MRPP	48	21 326 (0,63)	-	-
PCP(ml)	23	11 867 (0,35)	-	-
PPM	6	4 050 (0,12)	3 (0,2)	1
PRT	1	282 (0,01)	-	-
PS	262	1 139 308 (33,47)	641 (36,8)	109
PSD	224	841 176 (24,71)	553 (31,8)	102

TOTAL DE CONCELHOS	CONCELHOS APURADOS	INSCRITOS	VOTANTES	AFLUÊNCIA	VOTOS BRANCOS	VOTOS NULOS
304	280	5 309 841	3 403 623	64,10	75 541 (2,22)	78 314(2,3)

Aveiro

AGUEDA — Presidente, Valdemar Cardoso Alves, do PSD, que elegeu mais dois vereadores; o PS e o CDS elegeram, também, dois cada. Dos 27 656 eleitores inscritos, votaram 17 041 (afluência de 61,62%). Resultados: PSD, 5736 (33,66/) PS, 4887 (28,68); CDS, 4518 (26,51); FEPU, 1208 (7,09); brancos, 359 (2,11); nulos, 333 (1,95).

ALBERGARIA-A-VELHA — Presidente, José Nunes Alves, do PSD, que elegeu mais dois vereadores. O CDS elegeu três e o PS um. Dos 13 296 eleitores inscritos, votaram 8234 (61,85%). Resultatos: PSD — 3435 (41,77%); CDS — 2619 (31,85); PS — 1341 (16,31); FEPU — 320 (3,89); GDUP — 160 (1,95); brancos — 182 (2,21); nulos — 167 (2,03).

ANADIA — Presidente, Silvio Hrenriques Cerveira, do PSD, que elegeu mais três vereadores, o CDS elegeu dois e o PS, um. Dos 20 455 eleitores inscritos, votaram 13 477 (65,89%). Resultados: PSD — 6095 (45,23%): CDS — 3585 (26,60); PS — 2957 (21,94); FEPU — 403 (2,99); brancos — 178 (1,32); nulos—259 (1,92).

ESPINHO — Presidente, Artur Pereira Bártolo, do PS, que elegeu mais dois vereadores; o PSD também elegeu dois e o CDS e a FEPU um cada um. Dos 19 939 eleitores inscritos votaram 14 536 (72,90 %). Resultados: PS — 5567 (38,30 %); PSD — 4171 (28,69); CDS — 2037 (14,01); FEPU — 2005 (13,79); GDUP — 171 (1,18); PCP (m.-l.) — 163 (1,12); brancos — 237 (1,63); nulos — 185 (1,27).

ESTARREJA — Presidente, Maria L. Jesus Abreu, do PSD, que elegeu mais dois vereadores; o PS também elegeu três e o CDS um. Dos 16 977 eleitores inscritos votaram 11 029 (64,96 %). Resultados: PSD — 4005 (36,31 %); PS — 3827 (34,70); CDS — 1960 (17,17); FEPU — 767 (6,95); brancos — 184; nulos — 286 (2,59).

FEIRA — Presidente, Aurélio Pinheiro, do PSD, que elegeu mais três vereadores. O PS elegeu quatro vereadores e o CDS um. Dos 60 854 eleitores inscritos votaram 42 146 (69,26%). Resultados: PSD — 16 410 (38,94 %); PS — 15 639 (37,11); CDS — 5282 (12,53); FEPU — 2343 (6,03); MRPP — 676 (1,60); brancos — 855 (2,03); nulos — 741 (1,76).

MEALHADA — Presidente, Maria O. Santos Isabel, do PS, que elegeu mais três vereadores, enquanto o PSD elegeu apenas três. Dos 12 144 eleitores inscritos votaram 6635 (54,64%). Resultados: PS—2983 (44,96%); PSD — 2080 (31,35); CDS — 612 (9,22); FEPU — 481 (7,25); MRPP 185 (2,79); brancos — 164 (2,47) nulos — 130 (1,96).

MURTOSA — Presidente, António Tavares Fonseca, do PSD, que elegeu mais dois vereadores. O CDS e o PS elegeram um cada. Dos 7073 eleitores inscritos, votaram 4020 (56,80%). Resultados: PSD — 2292 (57,01%); CDS — 780 (19,40); PS — 662 (16,47); FEPU — 88 (2,19); brancos — 67 (1,67); nulos — 131 (3,26).

OVAR — Presidente, Fernando Raimundo Rodrigues, do PSD, que elegeu mais dois vereadores; o PS também elegeu dois e a FEPU e o CDS um cada. Dos 26 534 eleitores inscritos, votaram 16 323 (61,52%). Resultados: PSD — 5803 (35,55%); PS — 5408 (33,13); FEPU — 1878 (11,51); CDS — 1875 (11,49); GDUP — 696 (4,26); brancos — 326 (2,00); nulos — 337 (2,06).

S. JOÃO DA MADEIRA — Presidente, Benjamim Oliveira Valente, do PS, que elegeu mais três vereadores; o CDS também elegeu três. Dos 10 463 eleitores inscritos, votaram 8028 (76,73 %). Resultados: PS — 3256 (40,56 %); CDS — 3197 (39,82); PSD — 634 (7,90); FEPU — 557 (6,94); GDUP—156 (1,94); PCP (m-l) — 42 (0,52); brancos — 77 (0,96); nulos — 109 (1,36).

SEVER DO VOUGA — Presidente, Artur J. Ferreira Castro, do PSD, que elegeu mais dois vereadores, enquanto o CDS elegeu apenas dois vereadores. Dos 9027 eleitores inscritos, votaram 6354 (70,39 %). Resultados: PSD — 2876 (45,26 %); CDS — 2448 (38,53); PS — 531 (8,36); FEPU — 266 (4,19); brancos — 96 (1,51); nulos — 137 (2,16).

Beja

ALMODOVAR — Presidente, Carlos D. Morgadinho Gago, do PS, que elegeu mais três vereadores; o PSD elegeu um. Dos 7821 eleitores inscritos, votaram 4312 (55,13%). Resultados: PS, 2786 (64,61%); PSD, 657 (15,24); FEPU, 545 (12,64); brancos, 84 (1,95); nulos, 240 (5,57).

ALVITO — Presidente, Joaquim Pereira Cabanas, do PS, que elegeu mais dois vereadores; a FEPU também elegeu dois. Dos 2296 eleitores inscritos, votaram 1690 (73,61%). Resultados: PS, 828 (48,99%); FEPU, 737 (43,61); brancos, 46 (2,72); nulos, 79 (4,67).

CUBA — Presidente, Francisco J. Rodrigues, da FEPU, que elegeu mais dois vereadores; o PS elegeu dois. Dos 4461 eleitores inscritos, votaram 3506 (78,59%). Resultados: FEPU — 1958 (55,85%); PS — 1280 (36,51); brancos — 115 (3,28); nulos — 153 (4,36).

FERREIRA DO ALENTEJO — Presidente, José L. C. Nova Ameixa, da FEPU, que elegeu mais dois vereadores; o PS elegeu dois. Dos 8455 eleitores inscritos, votaram 6273 (74,19%). Resultados: FEPU — 2969 (47,33%); PS — 2938 (46,84); brancos — 184 (2,93); nulos — 182 (2,90).

MOURA — Presidente, Armando Almeida Manso, do PS, que elegeu mais três vereadores; a FEPU também elegeu três. Dos 14 768 eleitores inscritos, votaram 9783 (66,24 %). Resultados: PS-4566 (46,67 %); FEPU-4138 (42,30); GDUP-460 (4,70); brancos-308 (3,15); nulos-311 (3,13).

SERPA — Presidente, Satiro Costa Louzeiro, da FEPU, que elegeu mais três vereadores; o PS também elegeu três. Dos 15 755 eleitores inscritos, votaram 11 635 (73,85 %). Resultados: FEPU — 5852 (50,30 %); PS — 4780 (41,08); CDS — 493 (4,24); brancos — 245 (2,11); nulos — 265 (2,28).

Braga

AMARES — Presidente, Tomé S. Gonçalves Macedo, do CDS, que elegeu mais um vereador; o PSD elegeu também dois, e o PS, um. Dos 9160 eleitores inscritos, votaram 7148 (78,03%). Resultados: CDS, 2702 (37,94%); PSD, 1943 (27,18); PS, 1809 (25,31); FEPU, 508 (2,91); brancos 162 (2,27); nulos, 314 (4,39).

FAFE — Presidente, António Antunes Guimarães, do PSD, que elegeu mais dois vereadores; o PS elegeu três vereadores e o CDS, um. Dos 26 473 eleitores inscritos, votaram 18 472 (69,78 %). Resultados: PSD — 6583 (35,66 %); PS — 6135 (33,21); CDS—3082 (16,68); FEPU — 1529 (8,28); brancos — 533 (2,89); nulos — 605 (3,28).

Bragança

ALFANDEGA DA FÉ — Presidente, Carlos F. Vieira Castro, do CDS, que elegeu mais três vereadores; o PS elegeu um. Dos 5647 eleitores inscritos votaram 3269 (57,89 %). Resultados: CDS — 2187 (66,90 %); PS — 754 (23,07); FEPU — 259 (7,92); brancos — 39 (1,19); nulos — 30 (0,92).

CARRAZEDA DE ANSIAES — Presidente, Mário J. M. Abreu Lima, do CDS, que elegeu mais um vereador; o PSD elegeu dois e o PS um. Dos 7682 eleitores inscritos, votaram 4174 (54,33 %). Resultados: CDS — 1374 (32,92 %); PSD — 1256 (30,09); PS — 1203 (28,82); FEPU — 102 (2,44); brancos — 84 (2,01); nulos — 155 (3,71).

TORRE DE MONCORVO — Presidente, José António Marrana, do PS, que elegeu mais um vereador; o PSD também elegeu dois e o CDS, um. Dos 9756 eleitores inscritos, votaram 4937 (50,60%). Resultados: PS — 1577 (31,94%); PSD — 1503 (30,44); CDS — 1324 (26,82); FEPU — 185 (3,75); brancos — 127 (2,57); nulos — 221 (4,48).

VIMIOSO — Presidente, Joaquim Nascimento Marrão, do PSD, que elegeu mais dois vereadores; o PS também elegeu dois. Dos 5414 eleitores inscritos, votaram 2945 (54,40%). Resultados: PSD, 1395 (47,37%); PS, 1119 (38,00); FEPU, 116 (3,94); brancos, 113 (3,84); nulos, 202 (6,86).

Castelo Branco

BELMONTE — Presidente, Anselmo Alves Sousa, do PS, que elegeu mais dois vereadores. A FEPU elegeu um vereador e o PSD um, igualmente. Dos 4955 eleitores inscritos votaram 2634 (53,16 %). Resultados: PS — 1251 (47,49 %); FEPU — 424 (16,10); PSD — 417 (15,83); CDS — 357 (13,55); brancos — 90 (3,42); nulos — 95 (3,61).

COVILHÃ — Presidente, Augusto Lopes Teixeira, do PS, que elegeu mais três vereadores. O CDS, a FEPU e o PSD elegeram também um vereador cada. Dos 42 067 eleitores inscritos, votaram 26 847 (63,82%). Resultados: PS — 10 474 (39,01%); CDS — 4912 (18,30); FEPU — 4174 (15,55); PSD — 3190 (11,88); GDUP — 1369 (5,10); MRPP — 495 (1,84); LCI — 338 (1,26); brancos — 1183 (4,41); nulos — 712 (2,65).

FUNDÃO — Presidente, José Coelho Ribeiro, do PS, que elegeu mais três vereadores. O CDS elegeu dois vereadores e o PSD, um. Dos 24 616 eleitores inscritos, votaram 13 765 (55,92%). Resultados: PS — 5438 (39,51%); CDS — 3185 (23,14); PSD — 2457 (17,85); FEPU — 1266 (9,20); MRPP — 487 (3,54); brancos — 472 (3,43); nulos — 460 (3,34).

IDANHA-A-NOVA — Presidente, Pedro A. Camacho Vieira, do PS, que elegeu mais três vereadores; o PSD também elegeu três. Dos 14 225, votaram 7692 (54,7%). Resultados: PS, 3291 (42,78%); PSD, 2502 (32,53); CDS, 703 (9,14); FEPU, 396 (5,15); brancos 347 (4,51); nulos, 453 (5,89).

PENAMACOR — Presidente, José Pinto, do PS, que elegeu mais um vereador; o CDS também elegeu dois e o PSD, um. Dos 7597 eleitores inscritos, votaram 4172 (54,92%). Resultados: PS — 1742 (41,75); CDS — 1263 (30,27); PSD — 737 (17,67); FEPU—108 (2,59); brancos — 131 (3,14); nulos — 191 (4,58).

SERTÃ — Presidente, Angelo P. Soares Bastos, do PSD, que elegeu mais dois vereadores; o PS e o CDS elegeram também dois vereadores cada. Dos 15 849 eleitores inscritos, votaram 3107 (51,15%). Resultados: PSD — 3383 (41,73%); PS — 2116 (26,10); CDS — 1815 (22,39); FEPU — 240 (2,96); brancos — 215 (2,65); nulos — 338 (4,17).

VILA VELHA DE RÓDÃO — Presidente, Augusto P. Pinto Afonso, do PS, que elegeu mais um vereador. O PSD elegeu dois e a FEPU um. Dos 4634 eleitores inscritos, votaram 2576 (55,59%). Resultados: PS — 953 (37,00%); PSD — 905 (35,13); FEPU — 572 (22,20); brancos — 64 (2,48); nulos — 82 (3,18).

VILA DE REI — Presidente, Hermínio Baptista Santos, do PSD, que elegeu mais três candidatos; o PS também elegeu um. Dos 3963 eleitores inscritos, votaram 2443 (61,65%). Resultados: PSD, 804 (73,84%); PS, 448 (18,34); FEPU, 31 (1,27); brancos, 67 (2,74); nulos, 93 (3,81).

Coimbra

ANSIÃO — Presidente, Higino Rodrigues Valente, do PSD, que elegeu mais três vereadores; o CDS também elegeu dois e o PS, um. Dos 10 863 eleitores inscritos, votaram 7047 (64,87%). Resultados: PSD—3800 (53,92%); CDS — 1556 (22,08); PS — 1157 (16,67); FEPU — 208 (2,95); brancos — 148 (2,10); nulos — 160 (2,27).

ARGANIL — Presidente, Carlos Fernandes Ribeiro, do PSD, que elegeu mais três vereadores; o PS também elegeu três. Dos 11 287 eleitores inscritos, votaram 6438 (57,4%). Resultados: PSD, 2719 (42,23%); PS, 2492 (38,71); CDS, 581 (9,02); FEPU, 201 (3,12); brancos, 175 (2,72); nulos, 270 (4,19).

CONDEIXA-A-NOVA — Presidente, Armando Martins Tavares, do PS, que elegeu mais dois vereadores; o PSD também elegeu dois. Dos 9386 eleitores inscritos, votaram 5630 (59,98 %). Resultados: PS — 2359 (41,90 %); PSD — 1596 (28,35); FEPU — 710 (12,61); CDS — 350 (6,22); MRPP — 149 (2,65); brancos—269 (4,78); nulos — 197 (3,50).

FIGUEIRA DA FOZ — Presidente, José M. B. Teixeira Leite, do PS, que elegeu mais três vereadores; o PSD, a FEPU e o CDS elegeram um cada. Dos 42 651 eleitores inscritos, votaram 23 285 (54,59 %). Resultados: PS — 10 243 (43,99 %); PSD — 4645 (19,95); FEPU — 3518 (15,11); CDS—2564 (11,01); GDUPS — 646 (2,77); brancos —994 (4,27); nulos — 675 (2,90).

GÓIS — Presidente, Fernando Almeida Carneiro, do PS, que elegeu mais dois vereadores, enquanto o PSD e o CDS elegeram um cada. Dos 5113 eleitores inscritos, votaram 2341 (45,79 %). Resultados: PS—1069 (45,66 %); PSD — 611 (26,10); CDS — 411 (17,56); FEPU — 73 (3,12); brancos — 71 (3,03); nulos — 106 (4,53).

LOUSA — Presidente, Armando Almeida Silva, do PS, que elegeu mais dois vereadores. O PSD elegeu um e o CDS outro. Dos 9109 eleitores inscritos, votaram 5045 (55,38%). Resultados: PS — 2140 (42,42%); PSD — 1363 (27,02); CDS — 771 (15,28); FEPU — 345 (6,48); brancos — 273 (5,41); nulos — 153 (3,03).

MONTEMOR-O-VELHO — Presidente Fernando M. Angelo Leitão, do PS, que elegeu mais três vereadores; o PSD também elegeu dois e o CDS, um. Dos 19 241 eleitores inscritos, votaram 9032 (46,94%). Resultados: PS, 4168 (46,15%); PSD, 2136 (23,15); CDS, 1093 (12,10); FEPU, 942 (10,43); brancos, 368 (4,70); nulos, 325 (3,60).

OLIVEIRA DO HOSPITAL — Presidente, António Simões Saraiva, do PSD, que elegeu mais dois vereadores. O PS elegeu três e o CDS um. Dos 16 143 eleitores inscritos, votaram 9565 (59,25%). Resultados: PSD — 4126 (43,14%); PS — 3302 (34,52); CDS — 1484 (15,51); FEPU — 164 (1,71); brancos — 187 (1,96); nulos — 302 (3,16).

PENACOVA — Presidente, Artur Guedes Coimbra, do PS, que elegeu mais dois vereadores; o PSD também elegeu três e o CDS um. Dos 12 091 eleitores inscritos, votaram 6316 (52,24 %). Resultados: PS — 2081 (32,95 %); PSD — 2029 (32,12); CDS — 1302 (20,61); FEPU — 550 (8,71); brancos — 139 (2,20); nulos — 215 (3,40).

SOURE — Presidente, Manuel G. Leal Cordeiro, do PS, que elegeu mais quatro vereadores; o PSD elegeu dois. Dos 16 737 eleitores inscritos, votaram 8503 (50,80%). Resultados: PS-4513 (53,08 %); PSD-2054 (24,16); FEPU-701 (8,24); CDS-549 (6,46); brancos-387 (4,55); nulos-299 (3,52).

TABUA — Presidente António Barata Portugal, do PSD, que elegeu mais dois vereadores; o CDS também elegeu dois. Dos 9463 eleitores inscritos, votaram 4938 (52,18%). Resultados: PSD, 2682 (54,31%); CDS, 1414 (28,64); FEPU, 433 (8,77); brancos, 233 (4,72); nulos, 176 (3,56).

Évora

BORBA — Presidente, Sérgio D. F. Alpalhão, da FEPU, que elegeu mais dois vereadores; o PS também elegeu dois. Dos 6258 eleitores inscritos, votaram 4784 (76,12%). Resultados: FEPU, 2313 (48,35%); PS, 2257 (47,18); brancos, 94 (1,96); nulos, 120 (2,51).

MONTEMOR-O-NOVO — Presidente, Ernesto J. F. Pinto Angelo, da FEPU, que elegeu mais quatro vereadores; o PS elegeu dois. Dos 15 685 eleitores inscritos, votaram 12 851 (81,93 %). Resultados: FEPU-7942 (61,80 %); PS-3452 (26,86); PSD-1030 (8,01); brancos-207 (1,61); nulos-220 (1,71).

REGUENGOS DE MONSARAZ — Presidente, Vitor M. Barão Martelo, do PS, que elegeu mais dois vereadores; a FEPU também elegeu dois. Dos 8755 eleitores inscritos, votaram 5836 (66,66%). Resultados: PS, 2381 (40,80%); FEPU, 1898 (32,52); PSD, 764 (13,09); CDS, 528 (9,05); brancos, 142 (2,43); nulos, 123 (2,11).

VENDAS NOVAS — Presidente, Alberto Luís Sousa Lopes, da FEPU, que elegeu mais dois vereadores; o PS também elegeu dois. Dos 8744 eleitores inscritos, votaram 6150 (70,38%). Resultados: FEPU, 2962 (48,13%); PS, 2289 (37,20); CDS, 647 (10,51); brancos, 109 (1,77); nulos, 147 (2,39).

VILA VIÇOSA — Presidente, Francisco Carlos Lourinhã, da FEPU, que elegeu mais dois vereadores. O PS elegeu um e o CDS outro. Dos 6445 eleitores inscritos, votaram 4617 (71,64%). Resultados: FEPU — 2234 (48,39%); PS — 1324 (28,68); CDS — 886 (19,19); brancos — 108 (2,34); nulos — 65 (1,41).

Faro

ALBUFEIRA — Presidente, Xavier Vieira Xufre, do PS, que elegeu mais dois vereadores: o PSD também elegeu três e a FEPU um. Dos 12 298 eleitores inscritos, votaram 6703 (54,50 %). Resultados: PS — 2661 (39,70 %); PSD — 2649 (39,52); FEPU — 1164 (17,37); brancos — 111 (1,66); nulos — 118 (1,76).

CASTRO MARIM — Presidente José Guilhermino Anacleto do PS, que elegeu mais um vereador ;o PSD também elegeu dois e a FEPU um. Dos 5703 eleitores inscritos, votaram 3072 (53,87 %). Resultados: PS-1357 (44,17%); PSD-905 (29,46); FEPU-546 (17,77); brancos-138 (4,49); nulos-126 (4,10).

LAGOA — Presidente do PSD, (*), que elegeu mais dois vereadores. O PS elegeu dois. Dos 6909 eleitores inscritos, votaram 2764 (40,01 %). Resultados: PSD — 1507 (54,52 %); PS — 895 (32,38); CDS — 174 (6,30); FEPU — 52 (1,88); brancos — 37 (1,34); nulos — 99 (3,58).

(*) Não é conhecido o nome do presidente.

PORTIMÃO — Presidente, Martim A. Pacheco Garcia, do PS, que elegeu mais três vereadores; a FEPU elegeu dois e o PSD um. Dos 24 244 eleitores inscritos votaram 16 392 (67,61 %). Resultados: PS—6444 (39,31 %); FEPU—3688 (22,50); PSD — 2983 (18,20); CDS — 1164 (7,10); GDUPS—907 (5,53) MRPP — 515 (3,14); brancos — 362 (2,21); nulos — 329 (2,01).

TAVIRA — Presidente, João B. Rocha Prado, do PS, que elegeu mais dois vereadores. O PSD elegeu três e a FEPU um. Dos 19 730 eleitores inscritos votaram 9742 (49,38 %). Resultados: PS — 4053 (41,60 %); PSD — 3110 (31,92); FEPU — 1352 (13,88); GDUP — 330 (3,39); MRPP — 278 (2,85); brancos — 392 (4,02); nulos — 227 (2,33).

VILA DO BISPO — Presidente, José Francisco Boaventura, do PS, que elegeu mais dois vereadores; o PSD elegeu um e a FEPU outro. Dos 4221 eleitores inscritos, votaram 2457 (58,21%). Resultados: PS—1090 (44,36 %); PSD — 599 (24,38); FEPU — 565 (23,00); brancos—127 (5,17), nulos — 76 (3,09).

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO — Presidente, António Santos Reis, do PS, que elegeu mais dois vereadores; a FEPU elegeu três e o PSD um. Dos 10 771 eleitores inscritos votaram 7037 (65,33 %). Resultados: PS — 2481 (35,26 %); FEPU — 2176 (30,95); PSD — 1416 (20,12); GDUP — 351 (4,99); MRPP — 176 (2,53); brancos — 291 (4,14); nulos — 142 (2,02).

Funchal

CALHETA — Presidente, Luís A. Ferreira Serra, do PSD, que elegeu os quatro vereadores restantes. Dos 3500 eleitores inscritos, votaram 1670. Resultados: PSD — 1455 (87,13%); brancos—170 (10,18); nulos — 45 (2,69).

CAMARA DE LOBOS — Presidente. João H. Silva Dantas, do PSD, que elegeu mais quatro vereadores; o CDS elegeu dois. Dos 14 416 eleitores inscritos, votaram 8364 (58,02 %). Resultados: PSD — 4740 (56,67 %); CDS — 1818 (21,74); PS — 724 (8,66); GDUP — 659 (7,88); FEPU — 127 (1,52); brancos — 82 (0,98); nulos — 214 (2,56).

FUNCHAL — Presidente, Virgílio H. G. Pereira, do PSD, que elegeu mais três vereadores; o PS também elegeu três. e o CDS, dois. Dos 65 134 eleitores inscritos, votaram 32 047 (49,20%). Resultados. PSD. 13 594 (42,42 %); PS. 9096 (28,38); CDS, 5799 (18,10); GDUP, 1931 (6,03); FEPU, 877 (2,74); brancos, 234 (0,73); nulos, 516 (1,61).

PORTO SANTO — Presidente, José Góis Mendonça, do PS, que elegeu mais dois vereadores; o PSD também elegeu dois. Dos 2466 eleitores inscritos, votaram 1773 (71,90%). Resultados: PS, 887 (50,03); PSD, 778 (43,88); CDS, 62 (3,50); brancos, 23 (1,30); nulos, 23 (1,30).

PORTO MONIZ — Presidente, David Canha Jardim, do PSD, que elegeu mais três vereadores; o CDS elegeu um. Dos 2448 eleitores inscritos votaram 1829 (74,71%). Resultados: PSD, 1220 (66,70%); CDS, 415 (22,69); PS, 153 (8,37); brancos, 19 (1,04); nulos, 22 (1,20).

S. VICENTE — Presidente, Gabriel P. Esmeraldo, do PSD, que elegeu mais dois vereadores; o CDS e o PS também elegeram um cada. Dos 4813 eleitores inscritos, votaram 2587 (53,75%). Resultados: PSD 1438 (55,59%); CDS, 641 (24,78); PS, 395 (15,27); brancos, 37 (1,43); nulos, 76 (2,94).

Guarda

CELORICO DA BEIRA — Presidente, Carlos A. Faria Almeida, do CDS, que elegeu mais dois vereadores; o PS também elegeu dois. Dos 7431 eleitores inscritos votaram 4200 (56,52 %). Resultados: CDS — 2206 (52,52); PS — 1447 (34,45); FEPU — 211 (5,02); brancos — 145 (3,45); nulos — 191 (4,55).

GOUVEIA — Presidente, Alípio Mendes Melo, do PS, que elegeu mais três vereadores. O CDS elegeu dois e o PSD, um. Dos 15 017 eleitores inscritos, votaram 9011 (60,01 %). Resultados: PS — 3670 (40,73 %); CDS — 2318 (25,72%); PSD — 1463 (16,24%); FEPU — 569 (6,31%); GDUP — 248 (2,75%); brancos — 351 (3,90%); nulos — 392 (4,35%).

MANTEIGAS — Presidente, Homero Lopes Ambrósio, do CDS, que elegeu mais um vereador; o PS também elegeu dois e o PSD um. Dos 3147 eleitores inscritos, votaram 1927 (61,23 %). Resultados: CDS — 710 (36,84 %); PS — 631 (32,75); PSD — 359 (18,63); FEPU — 121 (6,28); brancos — 57 (2,69); nulos — 49 (2,54).

TRANCOSO — Presidente, António Almeida, do PSD, que elegeu mais um vereador. O CDS elegeu dois e o PS um. Dos 9500 eleitores inscritos, votaram 5317 (55,97%). Resultados: PSD — 2111 (39,70%); CDS — 1453 (27,33); PS — 1152 (21,67); FEPU — 245 (4,61); brancos — 131 (2,46); nulos — 225 (4,23).

Leiria

ALVAIAZERE — Presidente, Filipe Antunes Santos, do PS, que elegeu mais um vereador; o PSD também elegeu dois e o CDS um. Dos 8168 eleitores inscritos, votaram 4774 (58,45%). Resultados: PS — 1994 (41,77%); PSD — 1626 (34,06); CDS — 817 (17,11) FEPU — 119 (2,49); brancos — 77 (1,61); nulos — 141 (2,95).

BOMBARRAL — Presidente, José M. Rosário Guilherme, do CDS, que elegeu mais um; o PS e PSD elegeram dois cada e a FEPU elegeu um. Dos 10 031 eleitores inscritos, votaram 6108 (60,89%). Resultados: CDS — 1748 (28,62%); PS — 1489 (24,38); PSD—1436 (23,51); FEPU — 1066 (17,45); MRPP —114 (1,78); brancos 84 (1,38); nulos — 171 (2,80).

BATALHA — Presidente, Francisco Santos Coutinho, do PSD, que elegeu mais um vereador; o CDS também elegeu dois e o PS um. Dos 8312 eleitores inscritos votaram 5900 (70,98 %). Resultados: PSD — 2195 (37,20 %); CDS — 2071 (35,10); PS — 1304 (22,10); FEPU — 138 (2,34); brancos — 73 (1,24); nulos — 119 (2,02).

CASTANHEIRA DE PERA — Presidente, Julio P. Nunes Henriques, do PS, que elegeu mais três vereadores, enquanto o PSD elegeu um. Dos 3796 eleitores inscritos votaram 2531 (66,41 %). Resultados: PS — 1467 (58,19 %); PSD — 712 (28,24); FEPU — 189 (7,50); brancos — 80 (3,17); nulos — 73 (2,90).

FIGUEIRÓ DOS VINHOS — Presidente, José Simões Abreu, do PSD, que elegeu mais um vereador; o CDS também elegeu dois e o PS um Dos 9882 eleitores inscritos, votaram 4431 (44,84%). Resultados: PSD — 1788 (40,35%); CDS — 1386 (31,28); PS — 992 (22,39; FEPU — 71 (1,60); brancos — 63 (1,42); nulos — 131 (2,96).

MARINHA GRANDE — Presidente, Artur Neto Barros, do PS, que elegeu mais três vereadores. A FEPU elegeu três vereadores. Dos 19 287 eleitores inscritos, votaram 13 756 (71,32%). Resultados: PS — 5828 (42,37%); FEPU — 5326 (38,72); PSD — 1442 (10,48); GDUP — 572 (4,16); MRPP — 173 (1,26); brancos—224 (1,63); nulos — 191 (1,39).

NAZARÉ — Presidente, Abílio Santos Sousa, do PS, que elegeu mais dois vereadores; o PSD elegeu um e o CDS outro. Dos 9936 eleitores inscritos, votaram 6238 (62,78 %). Resultados: PS — 2576 (41,30 %); PSD — 1023 (16,40); CDS — 996 (15,97); FEPU — 818 (13,11); GDUPS — 345 (5,53); brancos —289 (4,63); nulos—191 (3,06).

ÓBIDOS — Presidente, Frederico Gomes Saramago, do PS, que elegeu mais um vereador; o CDS também elegeu dois e o PSD um. Dos 7587 eleitores inscritos, votaram 4296 (56,62%). Resultados: PS — 1659 (38,62%); CDS — 1217 (28,33); PSD — 738 (17,18); FEPU — 419 (9,75) brancos — 121 (2,82); nulos — 142 (3,31).

PEDRÓGÃO GRANDE — Presidente, Mário Coelho Fernandes, do PSD, que elegeu mais três vereadores; o PS elegeu um. Dos 4735 eleitores inscritos, votaram 2495 (52,69%0. Resultados: PSD, 1544 (61,88%); PS, 534 (21,00); CDS, 233 (8,94); FEPU, 75 (3,01); brancos, 51 (2,04); nulos, 78 (3,13).

Lisboa

ALENQUER — Presidente, Alvaro J. Gomes Pedro, do PS, que elegeu mais três vereadores. A FEPU elegeu dois vereadores e o PSD, um. Dos 26 509 eleitores inscritos, votaram 15 835 (59,73 %). Resultados: PS—6966 (43,99 %); FEPU — 4022 (25,40); PSD — 2142 (13,53); CDS—1331 (8,41); MRPP — 362 (2,29); GDUP — 345 (2,18); brancos — 282 (1,78); nulos — 385 (2,45).

ARRUDA DOS VINHOS — Presidente, Jorge Vassalo Oliveira, do PS, que elegeu mais dois vereadores, a FEPU elegeu um e o CDS outro. Dos 6331 eleitores inscritos votaram 3600 (56,86 %). Resultados: PS — 1679 (46,64 %); FEPU — 830 (23,06); CDS — 481 (13,36); PSD — 355 (9,86); MRPP — 97 (2,69); brancos — 61 (1,69); nulos — 97 (2,69).

AZAMBUJA — Presidente, Amadeu Basto Lima, do PS, que elegeu mais três vereadores, a FEPU elegeu dois e o PSD um. Dos 13 567 eleitores inscritos votaram 8602 (63,40 p. c.). Resultados: PS — 3798 (44,15 %); FEPU—2052 (23,85); PSD — 1277 (14,85); GDUPS — 842 (9,79); MRPP — 182 (2,12); brancos — 210 (2,44); nulos — 241 (2,80).

CADAVAL — Presidente, Rui Nunes Lopes, do PS, que elegeu mais dois vereadores; o CDS e o PSD também elegeram dois cada. Dos 10 605 eleitores inscritos, votaram 6242 (58,86%). Resultados: PS, 2225 (36,65%), CDS, 1568 (25,12); PSD, 1537 (24,62); FEPU, 467 (7,48), brancos, 171 (2,74); nulos, 274 (4,39).

TORRES VEDRAS — Presidente, Alberto Manuel Avelino, do PS, que elegeu mais dois vereadores; o PSD também elegeu três e a FEPU, um. Dos 44 447 eleitores inscritos, votaram 27 422 (61,70%). Resultados: PS — 10 073 (36,73%); PSD — 9423 (34,38); FEPU — 5314 (19,38); GDUP — 789 (2,88); MRPP — 619 (2,26); brancos — 542 (1,98); nulos — 657 (2,40).

Portalegre

ARRONCHES — Presidente, Miguel Joaquim Lagarto, do PS, que elegeu mais um vereador. A FEPU também elegeu dois e o CDS um. dos 3440 eleitores inscritos, votaram 2322 (67,50%). Resultados: PS — 961 (41,39%); FEPU — 655 (28,21); CDS — 632 (27,22); brancos — 33 (1,42); nulos — 41 (1,77).

CRATO — Presidente, Francisco A. Rosado Belo, do PS que elegeu mais dois vereadores; a FEPU elegeu um e o CDS elegeu também um vereador. Dos 4524 eleitores inscritos votaram 3051 (67,44 %). Resultados: PS — 1624 (53,23 %); FEPU — 722 (23,66); CDS — 487 (15,96); brancos—84 (2,75); nulos — 134 (4,39).

ELVAS — Presidente, João Franco Vale, do PS, que elegeu mais dois vereadores; a FEPU, o PPM, o CDS, e o PSD, elegeram um cada. Dos 18 124 eleitores inscritos, votaram 11597 (63,99 %). Resultados: PS-3803 (32,79 %); FEPU-2070 (17,85); PPM-2022 (17,44); PSD-1885 (16,25); CDS-1248 (10,76); brancos-380 (3,28); nulos-189 (1,63).

FRONTEIRA — Presidente, João L. Oliveira Semedo, do PS, que elegeu mais dois vereadores; o CDS e a FEPU também elegeram um cada. Dos 3491 eleitores inscritos, votaram 2646 (75,79 %). Resultados: PS-1263 (47,73 %); CDS-632 (23,89); FEPU-346 (13,08); GDUP-268 (10,13); brancos-60 (2,27); nulos-77 (2,91).

PORTALEGRE — Presidente, Fernando L. Silva Soares, do PS, que elegeu mais dois vereadores; o PSD elegeu dois; a FEPU um e o CDS um. Dos 20 806 eleitores inscritos votaram 14 551 (69,94 %). Resultados: PS — 6370 (43,78 %); PSD —3692 (25,37); FEPU — 1959 (13,46); CDS — 1768 (12,15); GDUP — 212 (1,46); brancos — 330 (2,27); nulos — 220 (1,51).

Porto

FELGUEIRAS — Presidente, José M. Machado Matos, do PS, que elegeu mais dois vereadores. O PSD elegeu dois vereadores e o CDS outros dois. Dos 24 475 eleitores inscritos, votaram 17 338 (70,84%). Resultados: PS — 5875 (33,89%); PSD — 5397 (31,13); CDS — 3834 (22,11); FEPU — 1386 (7,99); brancos — 395 (2,28); nulos — 451 — (2,60).

GONDOMAR — Presidente, José L. Ferreira Araujo, do PS, que elegeu mais três vereadores; o PSD elegeu dois, a FEPU outros dois e o CDS um. Dos 75 598 eleitores inscritos votaram 53 579 (70,87 %). Resultados: PS — 20 075 (37,47 %); PSD — 12 364 (23,08); FEPU — 9965 (18,60); CDS — 8008 (14,95); MRPP — 600 (1,12); PCP (m.-l.) — 582 (1,09); LCI — 241 (0,45); brancos — 920 (1,72); nulos — 824 (1,54).

LOUSADA — Presidente, Amílcar A. Leite Neto, do PSD, que elegeu mais três vereadores; o PS, também elegeu três. Dos 19 009 eleitores inscritos, votaram 12 873 (67,72 %). Resultados: PSD — 6208 (48,22%); PS — 4208 (32,69); CDS — 958 (7,44); FEPU — 755 (5,86); brancos — 383 (2,98); nulos — 361 (2,80).

MARCO DE CANAVESES — Presidente Amadeu C. Encarnação, do PSD, que elegeu mais dois vereadores; o PS também elegeu três e o CDS, um. Dos 24 889 eleitores inscritos, votaram 15 647 (62,87 %). Resultados: PSD-6263 (40,03 %); PS-4773 (30,50); CDS-2732 (17,46); FEPU-1167 (7,46); brancos-363 (2,32); nulos-349 (2,23).

PENAFIEL — Presidente, Mário Soares Castro Sousa, do PSD, que elegeu mais dois vereadores; o PS e o CDS também elegeram dois, cada. Dos 33 391 eleitores inscritos, votaram 23 754 (71,14%). Resultados: PSD — 7805 (32,86%); PS — 7426 (31,26); CDS — 5188 (21,84); FEPU — 1474 (6,21); brancos — 501 (2,11); nulos — 1360 (5,73).

PAÇOS DE FERREIRA — Presidente, Fernando M. T. Vasconcelos, do PSD, que elegeu mais dois vereadores; o PS e o CDS também elegeram dois cada. Dos 20 407 eleitores inscritos, votaram 13 808 (67,66 %). Resultados: PSD — 4790 — (34,69 %); PS — 4028 (29,17); CDS — 3264 (23,64); FEPU — 1235 (8,94); brancos — 193 (1,40); nulos — 298 (2,16).

PAREDES — Presidente, Francisco M. Ribeiro Mota, do CDS, que elegeu mais dois vereadores, o PS e o PSD também elegeram dois cada um. Dos 33 003 eleitores inscritos votaram 22 622 (68,55 %). Resultados: CDS — 7352 (32,50%); PS — 6700 (29,62); PSD — 5837 (25,80); FEPU — 1477 (6,53 %); GDUP — 354 (1,56), brancos — 461 (2,04); nulos — 441 (1,95).

SANTO TIRSO — Presidente, Azuil Linhares Carneiro, do PS, que elegeu mais dois vereadores O PSD elegeu três vereadores, o CDS, dois e a FEPU, um. Dos 53 518 eleitores inscritos votaram 39 187 (73,22 %). Resultados: PS-13 058 (33,32 %); PSD-11 211 (28,61); CDS-9124 (23,28) FEPU-4312 (11,00); brancos-875 (2,23) ; nulos-607 (1,55).

VALONGO — Presidente, João Moreira Dias, do PS, que elegeu mais dois vereadores. O PSD elegeu dois vereadores, o CDS um, e a FEPU um. Dos 33042 eleitores inscritos, votaram 22795 (68,99 %). Resultados: PS — 9232 (40,50 %); PSD — 6324 (27,74); CDS — 3359 (14,74); FEPU — 3106 (13,63); brancos — 433 (1,90); nulos — 341 (1,50).

VILA DO CONDE — Presidente, Fernando M. Santos Gomes, do PS, que elegeu mais três vereadores; o PSD elegeu dois e o CDS um. Dos 35 740 eleitores inscritos, votaram 25 894 (72,45 %). Resultados: PS — 10 660 (41,17 %); PSD — 7103 (27,43); CDS — 4660 (18,00); FEPU — 2493 (9,63); brancos — 447 (1,73); nulos — 531 (2,05).

Santarém

CHAMUSCA — Presidente, Francisco M. Prestes Romão, do PS, que elegeu mais três vereadores; a FEPU elegeu dois e o CDS um. Dos 10 081 eleitores inscritos votaram 6327 (62,86 %). Resultados: PS — 2947 (46,50 %); FEPU — 1631 (25,74); CDS — 672 (10,60); PSD — 583 (9,28) GDUP — 135 (2,13); brancos — 203 (3,20); nulos — 161 (2,54).

CONSTÂNCIA — Presidente, Fernando M. Morgado Silva, do PS, que elegeu mais três vereadores; o PSD elegeu um. Dos 4903 eleitores inscritos, votaram 1804 (36,79%). Resultados: PS, 1101 (61,03%); PSD, 278 (15,41); FEPU, 257 (14,25); brancos, 93 (5,16); nulos, 75 (4,16).

CORUCHE — Presidente, Carlos Alberto Gomes, da FEPU, que elegeu mais três vereadores; o PS elegeu dois e o PSD um. Dos 19 328 eleitores inscritos votaram 13 225 (68,42 %). Resultados: FEPU — 6563 (49,63 %); PS — 3649 (27,59); PSD — 1788 (13,52); CDS — 807 (6,10); brancos — 164 (1,24); nulos — 254 (1,92).

ENTRONCAMENTO — Presidente do PS, que elegeu mais dois vereadores; a FEPU e o PSD também elegeram um cada um. Dos 8071 eleitores inscritos votaram 5164 (63,98 %). Resultados: PS — 2456 (47,56 %); FEPU — 971 (18,80); PSD — 828 (16,03); CDS — 334 (6,47); GDUP — 291 (5,45); MRPP — 51 (0,99) brancos — 146 (2,83); nulos — 87 (1,68).

FERREIRA DO ZÊZERE — Presidente, António Teixeira Antunes, do PSD, que elegeu mais um vereador; o CDS também elegeu dois e o PS um. Dos 2947 eleitores inscritos, votaram 4673 (52,82 %). Resultados: PSD — 1731 (37,04 %); CDS — 1315 (28,14); PS — 1168 (24,99); FEPU — 132 (2,82); brancos — 132 (2,82); nulos — 195 (4,17).

GOLEGÃ — Presidente, José E. Melancia Godinho, do PS, que elegeu mais dois vereadores; a FEPU também elegeu dois. Dos 4176 eleitores inscritos, votaram 3066 (63,42%). Resultados: PS, 1615 (52,35%); FEPU, 1161 (52,35); MRPP, 119 (3,88); brancos, 99 (3,23); nulos, 82 (2,67).

MAÇÃO — Presidente, Diamantino Santos Pereira, do PSD, que elegeu mais três vereadores, enquanto o PS elegeu três. Dos 10 204 eleitores inscritos votaram 6348 (62,21 %). Resultados: PSD — 3308 (32,11 %); PS — 2402 (37,34); FEPU — 260 (4,10); brancos — 184 (2,90); nulos — 194 (3,06).

SARDOAL — Presidente, Maria F. Santos Chambel, do PS, que elegeu mais dois vereadores; o CDS também elegeu dois. Dos 3713 eleitores inscritos, votaram 2299 (61,92%). Resultados: PS, 1116 (48,54%); CDS, 896, (3897); brancos, 138 (6,00); nulos, 149 (6,48).

Setúbal

ALCOCHETE — Presidente, Estevão Rodrigues, do PS, que elegeu mais dois vereadores; a FEPU também elegeu dois. Dos 7450 eleitores inscritos, votaram 5180 (69,53%). Resultados: PS, 2375 (45,85 %); FEPU, 2254 (43,51); GDUP, 284 (5,48); MRPP, 94 (1,81); brancos, 94 (1,81); nulos, 79 (1,53).

MONTIJO — Presidente, João J. Primo Jaleco, do PS, que elegeu mais dois vereadores; a FEPU também elegeu três e o PSD, um. Dos 26 057 eleitores inscritos, votaram 16 239 (62,32%). Resultados: PS, 6132 (37,76%); FEPU, 6101 (37,57); PSD, 2107 (12,97); GDUP, 661 (4,07); PCP (m-l), 330 (2,03); MRPP, 330 (2,03); brancos, 289 (1,78); nulos, 289 (1,78).

SEIXAL — Presidente, Eufrásio F. Garcez José, da FEPU, que elegeu mais quatro vereadores; o PS elegeu dois. Dos 41 320 eleitores inscritos, votaram 28 216 (68,29%). Resultados: FEPU — 14 744 (52,25%) PS — 8535 (30,25); GDUP — 1545 (5,48); CDS — 1109 (3,93); PSD — 1007 (3,57); MRPP — 371 (1,31); PCP (m-l) — 230 (0,82); brancos — 375 (1,33); nulos — 300 (1,06).

SINES — Presidente, Francisco Pereira Pacheco, da FEPU, que elegeu mais dois vereadores; o PS também elegeu dois. Dos 7189 eleitores inscritos, votaram 4494 (62,51%). Resultados: FEPU, 2470, (54,96%); PS, 1599 (35,58); CDS, 132 (2,94); MRPP, 105 (2,34); brancos, 99 (2,20); nulos, 89 (1,98).

(Continua na 5.ª página)

Resultados oficiais às 19,46 de ontem

JUNTAS DE FREGUESIA

	Número de Freguesias em que concorreu	VOTOS	%
CDS	3677	682.070	16,61
FEPU	3909	727.114	17,71
GDUP	1123	102.263	2,49
LCI	260	3.346	0,08
MRPP	976	26.941	0,66
PCP(ml)	381	14.991	0,37
PPM	321	7.313	0,18
PRT	5	282	0,01
PS	3895	1.363.937	33,22
PSD	3688	997.098	24,29

Total de Freguesias	Freguesias apuradas	Inscritos	Votantes	Afluência	Votos Brancos	Votos Nulos
4035	3986	6.360.620	4.105.700	64,55 %	88384 (2,15%)	91961 (2,24%)

As eleições para as autarquias

Presidentes das Câmaras: quem são e o que pensam

Judite Mendes de Abreu (Coimbra)

Tem de se criar rapidamente "minicódigo" administrativo

«Institucionalizado o poder local, os Municípios terão, forçosamente, de funcionar, a partir de agora, em novos moldes, por forma a corresponderem à confiança dos portugueses que apostaram na democratização do País», sublinhou ao «DN» Judite Mendes de Abreu, novo presidente eleito da Câmara Municipal de Coimbra.

«Torna-se, por isso, absolutamente imperioso que os órgãos de soberania», acrescentou, «definam de imediato e de forma clara e inequívoca os princípios básicos da descentralização administrativa, que permitam às autarquias exercer cabalmente as funções que lhes estão consignadas na Constituição da República.»

Com uma experiência já longa de administração municipal, Judite Mendes de Abreu considera, por outro lado, que o funcionamento dos Municípios exige, futuramente, uma remodelação na orgânica dos serviços municipais.

Perfeitamente tranquila («há anos que luto e ainda hoje, aos 60 anos, me sinto cheia de coragem para continuar a bater-me pela melhoria das condições de vida dos Portugueses»), manifestando a cada momento a serenidade de quem acredita, de facto, num futuro «mais feliz» para um povo que esteve escorrentado durante décadas pela ditadura de S. Bento e do Terreiro do Paço», Judite Mendes de Abreu, com a maior simplicidade, expôs ao nosso jornal as grandes linhas segundo as quais pensa pautar a sua acção à frente do vasto (e complexo) concelho de Coimbra.

Aplicação do programa do Partido Socialista

«Como deve calcular — dir-nos-ia — não conheço ainda em pormenor os problemas específicos com que se debate a região para sobre eles me poder pronunciar com justeza. Sei, como aliás todos os munícipes o sabem, da existência de carências de toda a ordem, que vão desde o saneamento básico ao abastecimento de água, do fornecimento de energia eléctrica, aos transportes colectivos, do mau estado e degradação de muitas escolas, à inexistência de uma boa rede de vias de comunicação. Contudo, aquilo que qualquer pessoa vê, que qualquer munícipe, como tem sido o meu caso, detecta aqui e ali, nem sempre constitui, por mais que nos impressione, o problema mais grave e de mais premente resolução. Entretanto, e desde já, eu que sempre vivi em Coimbra e senti — e sinto — de perto as carências das terras e das gentes que nelas vivem e labutam, prometo que, à semelhança do que fiz aqui na Figueira, lutarei com todas as minhas forças pela melhoria das condições de vida das populações do concelho de Coimbra e pela resolução tão rápida quanto possível das suas carências prioritárias.»

No seu gabinete da Camara da Figueira da Foz, a cuja Comissão Administrativa preside há mais de dois anos, Judite Mendes de Abreu conversou durante mais de duas horas com o enviado do «DN». Embora tenha encabeçado a lista do PS como independente, o novo presidente do Município de Coimbra defenderia, ao longo de todo esse tempo, com veemência e determinação, uma via socialista para o nosso País.

«Embora não seja efectivamente filiada no PS — sublinhou — a minha opção política é desde há muitos anos por um socialismo livre e democrático, pelo que estou, hoje, inteiramente identificada com as linhas programáticas do Partido Socialista. Estas linhas constituirão, aliás, toda a base do meu programa de acção durante o meu mandato como presidente da Camara, pois tal como foi anunciado no nosso programa eleitoral elas visam exactamente a solução das carências da população. E este programa, se conseguirmos cumpri-lo integralmente, como é nossa intenção e desejo, contempla praticamente, só por si, soluções para os principais problemas desta zona.»

Judite Mendes de Abreu considera, entretanto, que o executivo da Camara de Coimbra, a que vai presidir, e que integra, além de quatro socialistas, dois sociais-democratas, dois centristas e um comunista, só poderá responder efectivamente às esperanças de quantos nele votaram se «unir os seus esforços no trabalho a realizar».

Trabalho unitário

«A Camara de Coimbra, como aliás a quase totalidade dos Municípios do País — disse — conta com um elemento politicamente diversificado. Penso, todavia, que muito embora o partido por que me candidatei não seja maioritário, isso não é, à partida, um factor impeditivo de um trabalho unitário e eficiente. Precisamos é de nos compenetrar, todos, de que teremos de prestar contas da nossa administração às gentes do concelho, as quais, através do voto, nos deram legitimidade para decidir do seu futuro. Não poderão voltar a repetir-se, na verdade, as divergências que se verificaram nos sucessivos Governos Provisórios, já que herdámos do passado uma situação difícil que urge resolver. Por isso, conto com o melhor espírito de colaboração da parte de todos os membros da Camara e estou mesmo convencida de que, em conjunto, saberemos identificar-nos com os problemas e encontrar as soluções mais adequadas para os solucionar.»

«As camaras não podem contar, como se verificava antes do 25 de Abril — frisaria — só com um vice-presidente. Quanto a mim existia um vice-presidente, não só para substituir o presidente nas suas falhas, mas para colaborar com ele activamente na gestão municipal. Por outro lado, torna-se imperioso o alargamento do quadro do pessoal técnico em tempo inteiro, a fim de que os problemas dos munícipes possam estudar-se e resolver-se com a brevidade possível. Desejo, aliás, acentuar, também, que as decisões não podem ficar dependentes das reuniões periódicas das camaras, porque isso vai afectar, muitas vezes, seriamente as populações. Assim, e para que o presidente possa despachar com a urgência tantas vezes requerida e necessária, deveria alargar-se a competência do chefe do município. E é por tudo isto que eu refiro, uma vez mais, a necessidade de se criar rapidamente um «mini-código» administrativo que defina as normas básicas de funcionamento das autarquias, evidentemente fundamentado no princípio da não usurpação de competências ao poder central, mas sem que, em contrapartida, continuemos a ele tutelados».

«As normas obsoletas», prosseguiu Judite Mendes de Abreu», do velho e desactualizado Código Administrativo, todo ele enformado do espírito fascista, não podem continuar a ser observadas, após as eleições de domingo, que institucionalizaram o poder local e, por conseguinte, a descentralização administrativa. Daí que a Assembleia da Republica tenha de se debruçar com rapidez sobre o assunto e pronunciar-se, com urgência, sobre as competências efectivas dos órgãos das autarquias.»

«Vitória do PS, vitória do povo»

Finalmente, a propósito das eleições, Judite Mendes de Abreu salientaria que «a vitória do PS foi mais uma vitória do Povo Português».

«Realmente — dir-nos-ia — o nosso povo teve o bom senso necessário para impedir a desestabilização. Dando ao Governo Constitucional a confiança que lhe era indispensável para prosseguir o seu programa de reconstrução nacional e relançamento da economia, os portugueses desmascararam, de novo, aqueles que apenas lutam pelo sobressalto, o caos, a confusão política. E' o que é mais lamentável, é que certos partidos tenham esquecido, nestas eleições, as suas responsabilidades nacionais, lançando-se numa campanha que visava apenas alcançar dividendos políticos, que lhes permitissem pressionar o Presidente da Republica no sentido de forçar uma remodelação do Governo. Ora, todos os portugueses têm bem presentes os resultados profundamente negativos das diversas coligações governamentais que, a repetir-se, lançariam novamente o País na instabilidade, e isto de forma alguma poderia servir a democracia e a via socialista por que nos batemos e está consignada na própria Constituição.»

Quem é o novo presidente

Maria Judite Pinto-Mendes de Abreu é natural da Figueira da Foz, onde nasceu em 16 de Fevereiro de 1916. Depois de concluir os estudos liceais naquela cidade, licenciou-se em Direito e Filologia Germanica na Universidade de Coimbra e dedicou-se a partir de então ao ensino.

Filha de um conhecido e destacado republicano, Maurício Pinto, cuja memória ainda hoje é recordada com admiração e apreço na Figueira da Foz, cedo se interessaria, entretanto, pela política e cedo, também, passou a enfileirar na oposição ao antigo regime. Assim, após ter assinado o célebre Manifesto da Juventude, fez parte de vários movimentos que se opunham à política de Salazar, primeiro, e de Caetano, mais tarde tendo participado, ainda, activamente na campanha eleitoral de Norton de Matos.

Em 1969, Judite Mendes de Abreu foi eleita para a Comissão Executiva da CDE de Coimbra e ingressou, depois, na Comissão de Socorro aos Presos Políticos, que viria a ser intensamente perseguida pela PIDE e objecto de um processo em tribunal por «difamação e calúnia contra o bom nome da corporação».

Em 30 de Outubro de 1974, tomou posse como presidente da Comissão Administrativa da Camara Municipal da Figueira da Foz, cujas funções tem desempenhado desde então.

Judite Mendes de Abreu: «Sei da existência de carências de toda a ordem»

Eng.º Joaquim Belchior (Faro)

Lutar pela instituição da região administrativa

«Lutar para que seja instituída a Região Administrativa do Algarve, com os órgãos de deliberação (Assembleia Regional) e de execução (Junta Regional), que farão actuar ao nível da Provincia um miniparlamento e um minigoverno, com implantação regional» é um dos pontos defendido no programa apresentado pela lista do Partido Socialista para o concelho de Faro, a qual saiu vencedora nas eleições de domingo.

Do programa da mesma lista, que é encabeçada pelo eng.º Joaquim Lopes Belchior, destacam-se, ainda, as obras de pavimentação da sede do concelho, já iniciadas, para que a capital algarvia disponha de pisos de qualidade, ao invés do que actualmente sucede.

Outras das obras em que a nova Camara se irá empenhar, é a da construção da Avenida de Olivença, que será a nova circular da cidade em toda a sua extensão, de modo a descongestionar o transito e, complementarmente, promover a abertura de penetração para sotavento. Também o problema habitacional preocupa o novo presidente eleito do município de Faro, que na sua resolução promete todo o apoio à actividade das cooperativas de construção e habitação, tendo também em atenção a criação de postos de trabalho no sector da construção civil, o que minorará a crise de desemprego, sendo também seu propósito impulsionar a construção de tipo social e a construção de bairros económicos. Outro ao ensino, sector em que se destaca a luta que irá ser travada pela instituição do ensino superior no concelho de Faro, virado para as realidades e necessidades regionais, sem prejuízo de uma formação qualitativa e humanística.

Quem é o presidente eleito

De salientar que o eng.º Joaquim Lopes Belchior, agora presidente eleito da Camara Municipal de Faro, já vinha presidindo à comissão administrativa daquele Município. Figura bastante conhecida, não só em Faro como em todo o Algarve, tem 56 anos, sendo natural da freguesia de Estoi, no concelho de Faro. E' engenheiro civil, tendo frequentado a Universidade do Porto, onde se formou em 1947. Após um período em que não foi admitido ao desempenho de funções oficiais, pela sua oposição ao regime de então, exerceu o cargo de director de obras de uma empresa de construção civil, tendo dirigido nesse cargo as obras do porto de Faro, os molhes da barra do porto comum do mesmo porto, a doca de pesca de Olhão, a cocheira de máquinas de Vila Real de Santo António e a reparação do Bugio, à entrada do porto de Lisboa. Com a dissolução da empresa referida, empreendeu a actividade de empreiteiro de obras por conta própria, em nome individual, dedicando-se depois a engenharia de estruturas no sector de projectos e cálculos. Após o movimento vitorioso de 25 de Abril de 1974, assumiu a vice-presidência da primeira comissão administrativa da Camara Municipal de Faro em 3 de Maio de 1974. Posteriormente, com a nomeação, em Outubro de 1975, do dr. Almeida Carrapato, que vinha presidindo àquela comissão, para governador civil do distrito, o eng. Lopes Belchior assumiu a presidência da comissão administrativa do Município de Faro. Temos assim uma continuidade na presidência do primeiro concelho deste distrito.

Manuel Tenreiro Pacheco (Póvoa de Varzim)

Prioridade a questões humanas e sociais

Na Póvoa do Varzim o CDS obteve 30,43 %, e viu eleito para a presidência da Camara o seu candidato Manuel João Tenreiro Carneiro. Retornado das ex-colónias, advogado e com 50 anos, Manuel Tenreiro Carneiro formou-se em Coimbra em 1951. Como se pode ler no manifesto eleitoral do CDS da Póvoa do Varzim, o futuro presidente da Camara militou no MUD Juvenil e participou nas campanhas eleitorais de Humberto Delgado e Norton de Matos.

Radicou-se mais tarde em Moçamedes, Angola, onde exercia advocacia, tendo ainda colaborado nos jornais «Província de Angola», «Jornal de Angola» e «Comércio de Luanda». O dr. Manuel João Tenreiro Carneiro era ainda proprietário do jornal «O Namibe».

As principais prioridades que o novo presidente da Camara irá defender no seu Município, conforme nos afirmou telefonicamente, ontem à noite, dizem respeito aos «aspectos humanos e sociais do concelho». Defende ele, nomeadamente, a necessidade de serem criados infantários, lactários e creches. Referiu-nos, igualmente, a urgência de serem alteradas as condições na lota e, em geral, todas as que possam melhorar o trabalho dos pescadores».

Uma outra prioridade refere-se à melhoria da rede das estradas que circundam a vila, as quais se apresentam «muito congestionadas no Verão».

Resultados para as Câmaras Municipais

(Continuado da 4.ª página)

Viana do Castelo

ARCOS DE VALDEVEZ — Presidente, Fernando Freitas, do PSD, que elegeu ainda três vereadores. O PS elegeu dois, e o CDS um. Dos 20 608 eleitores inscritos, votaram 11 440 (55,51 %). Resultados: PSD — 5012 (43,81 %); PS — 2714 (23,72); CDS — 2413 (21,11); FEPU — 493 (4,31); brancos — 296 (2,59); nulos — 510 (4,46).

PONTE DE LIMA — Presidente, João G. Abreu Lima, do CDS, que elegeu mais dois vereadores, o PSD também elegeu três e o PS um. Dos 26 983 eleitores inscritos votaram 19 336 (71,66 %). Resultados: CDS — 8543 (44,18 %); PSD — 6479 (33,51); PS — 2362 (12,22); FEPU — 1135 (5,87); brancos — 347 (1,79); nulos — 470 (2,42).

VALENÇA — Presidente, Albino Fernando Nogueira, do PS que elegeu mais um vereador; o PSD também elegeu dois e o CDS um. Dos 9619 eleitores inscritos, votaram 5586 (58,07 %). Resultados: PS—2154 (38,56 %); PSD — 1556 (27,86); CDS — 1323 (23,68); FEPU—279 (4,99); brancos — 94 (1,68); nulos — 180 (3,22).

VILA NOVA DE CERVEIRA — Presidente, João B. Lemos Costa, do PSD, que elegeu mais dois vereadores; o PS também elegeu dois. Dos 6197 eleitores inscritos, votaram 3989 (64,37 %). Resultados: PSD 1800 (46,63 %); PS, 1272, (31,89); CDS, 484 (12,13); FEPU, 164 (4,11); brancos, 63 (1,58); nulos, 146 (3,66).

Vila Real

MESAO FRIO — Presidente, António Teixeira da Silva, do PSD, que elegeu mais dois vereadores; o PS também elegeu dois. Dos 3995 eleitores inscritos, votaram 2454 (61,43 %). Resultados: PSD, 1333 (54,32 %); PS, 731 (29,79); CDS, 165 (6,72); FEPU, 68 (2,77); brancos, 62 (2,53); nulos, 95 (3,87).

MURÇA — Presidente, Candido Abel Borges, do PSD, que elegeu mais dois vereadores; o PS e o CDS elegeram um vereador cada. Dos 5521 eleitores inscritos, votaram 3517 (63,70 %). Resultados: PSD — 1771 (50,36 %); PS—792 (22,52); CDS — 642 (18,25); — FEPU — 111 (3,16); brancos — 60 (1,71); nulos — 141 (4,01).

MONDIM DE BASTO — Presidente, António A. Ferreira Brito, do CDS, que elegeu mais dois vereadores; o PSD e o PS elegeram um cada um. Dos 5456 eleitores inscritos votaram 3427 (62,81 %). Resultados: CDS — 1589 (46,37 %); PSD — 1006 (29,36); PS — 540 (15,76); GDUP — 86 (2,51); FEPU — 68 (1,98); brancos — 96 (2,80); nulos — 42 (1,23).

RIBEIRA DE PENA — Presidente João J. Alves Pereira, do PPM, que elegeu mais um vereador; o PSD também elegeu dois e o PS um. Dos 5781 eleitores inscritos, votaram 3297 (57,03 %). Resultados: PPM 1055 (32,00 %); PSD, 1023 (31,03); PS, 524 (15,89); CDS, 389 (11,80); FEPU, 44 (1,33); brancos, 81 (2,46); nulos, 181 (5,49).

SANTA MARTA DE PENAGUIÃO — Presidente, Manuel A. Alves Dias, do PSD, que elegeu mais dois vereadores; o PS elegeu dois vereadores. Dos 7081 eleitores inscritos, votaram 4307 (60,82 %). Resultados: PSD — 2024 (46,99 %); PS — 1375 (31,92); CDS—388 (9,01); FEPU — 197 (4,57); GDUP — 62 (1,44); brancos — 75 (1,74); nulos — 186 (4,32).

S. PEDRO DO SUL — Presidente, Carlos A. Diogo Tavares, do CDS, que elegeu mais dois vereadores; o PSD também elegeu três e o PS um. Dos 14 466 eleitores inscritos, votaram 8825 (61,01 %). Resultados: CDS — 2928 (33,18 %); PSD — 2729 (30,92); PS—1794 (20,33); FEPU — 786 (8,91); brancos — 239 (2,71); nulos — 349 (3,95).

SANTA COMBA DÃO — Presidente, Lauro Gonçalves, do PS, que elegeu também um vereador. O PSD elegeu dois vereadores e o CDS, um. Dos 9114 eleitores inscritos votaram 5207 (57,13 %). Resultados: PS — 2272 (43,63 %); PSD — 1721 (33,05 %); CDS — 839 (16,11 %); FEPU — 97 (1,86 %); brancos — 112 (2,15 %); nulos — 166 (3,19 %).

CARREGAL DO SAL — Presidente, Artur J. S. Pereira Silva, do PSD, que elegeu mais três vereadores. O CDS elegeu também um vereador. Dos 7804 eleitores inscritos, votaram 3975 (50,94 %). Resultados: PSD — 2471 (62,16 %); CDS — 1006 (25,31); FEPU — 284 (7,14); brancos — 93 (2,34); nulos — 121 (3,04).

MANGUALDE — Presidente, Ramiro Monteiro Couto, do CDS, que elegeu mais dois vereadores; o PS e PSD também elegeram dois cada. Dos 14 639 eleitores inscritos, votaram 8092 (55,28 %). Resultados: CDS — 3134 (38,73); PS — 2414 (29,83); PSD — 1746 (21,58); FEPU — 386 (4,77); brancos—166 (2,05); nulos — 246 (3,04).

NELAS — Presidente, José Lopes Correia, do PSD, que elegeu mais um vereador. O PS elegeu dois vereadores e o CDS um. Dos 9738 eleitores inscritos, votaram 4629 (47,54 %). Resultados: PSD — 1569 (33,90 %); PS — 1261 (27,24); CDS — 798 (17,24); FEPU — 325 (7,02); GDUPS — 160 (3,46); brancos — 331 (7,15); nulos — 185 (4,00).

Viseu

SÁTAO — Presidente, José A. M. Sarmento Moniz, do CDS, que elegeu mais dois vereadores; o PSD também elegeu dois. Dos 8824 eleitores inscritos, votaram 5785 (65,56 %). Resultados: CDS—3092 (53,45 %); PSD — 1704 (29,46 %); PS — 562 (9,71 %); FEPU — 90 (1,56 %); GDUP — 47 (0,81 %); brancos 81 (1,40 %); nulos — 209 (3,61 %).

SERNANCELHE — Presidente, Franklim Quitai Silva, do CDS, que elegeu mais três vereadores; o PS elegeu um. Dos 4703 eleitores inscritos, votaram 3283 (69,81 %). Resultados: CDS — 2206 (67,19 %); PS — 839 (25,56 %); FEPU — 71 (2,16 %); brancos — 49 (1,49 %); nulos — 118 (3,59 %).

TABUAÇO — Presidente, Boaventura Gonçalves Frei, do PSD, que elegeu mais dois vereadores; o CDS também elegeu dois. Dos 5530 eleitores inscritos, votaram 3571 (64,58 %). Resultados: PSD — 1787 50,04 p. c.); CDS — 1103 (30,89); PS — 330 (9,24); FEPU — 163 (4,56); brancos — 70 (1,96); nulos — 118 (3,30).

VILA NOVA DE PAIVA — Presidente, Amandio Pires Almeida, do PSD, que elegeu mais um vereador; o CDS também elegeu dois e o PS, um. Dos 4155 eleitores inscritos, votaram 2609 (62,79 %). Resultados: PSD, 889 (34,07 %); CDS, 747 (28,63); PS, 633 (24,26); FEPU, 101 (3,87); brancos, 81 (3,10); nulos, 158 (6,6).

OLIVEIRA DE FRADES — Presidente, Manuel Silva Almeida, do PSD, que elegeu mais dois vereadores; o CDS elegeu também dois. Dos 6954 eleitores inscritos, votaram 4763 (68,49). Resultados: PSD—2559 (53,73 %) CDS — 1360 (28,55); PS — 450 (9,45); FEPU—197 (4,14); brancos — 105 (2,20); nulos — 92 (1,93).

PENALVA DO CASTELO — Presidente, Bernardino Duarte Pereira, do CDS, que elegeu mais um vereador; o PS também elegeu dois e o PSD, um. Dos 7181 eleitores inscritos, votaram 4132 (57,54 %). Resultados: CDS — 1401 (33,91 %); PS — 1368 (33,11); PSD — 996 (24,10); FEPU — 102 (2,47); brancos — 101 (2,44); nulos — 164 (3,97).

NOTA — Estes eram os resultados conhecidos (com o pormenor indicado) até à hora de encerrarmos esta edição.

Gabriel Drumond (S. Vicente - Funchal)

Saúde e educação sectores prioritários

«Os resultados das eleições no concelho de S. Vicente (distrito do Funchal) eram já esperados, com excepção de uma freguesia, onde ganhou o CDS», afirmou ao «DN» o novo presidente daquele Município, Gabriel Drumond, elemento do PSD/PPD, que nos disse, ainda, que os sectores a que iria dar prioridade seriam os da saúde e da educação.

Comentando os resultados das eleições para as autarquias locais no seu concelho, Gabriel Drumond, começou por declarar que «na campanha não houve grandes problemas, tendo tudo decorrido em normalidade. O numero de abstenções foi muito elevado, devido às condições atmosféricas, que não foram muito favoráveis e que dificultaram o acesso das populações às mesas de voto pois as estradas são de terra».

A Camara Municipal de S. Vicente ficou constituída por três elementos do PSD, um do PS e um do CDS.

política nacional

Soares parte amanhã para visita ao Brasil

• Previstos importantes acordos

O primeiro-ministro de Portugal, Mário Soares, acompanhado dos ministros dos Negócios Estrangeiros e Defesa Nacional, secretários de Estado da Presidência e da Cultura e outras personalidades, partirá, amanhã, para o Brasil, em visita oficial de seis dias.

Em mensagem dirigida aos portugueses residentes no Brasil, o primeiro-ministro afirma que «Portugal conta com todos para o esforço da reconstrução, reconciliação e desenvolvimento, em que o Governo a que presido está totalmente empenhado».

O primeiro-ministro declara, ainda, que «será sempre uma experiência grata visitar o Brasil, sabendo de antemão que nela encontrará, para além da fraterna amizade que os brasileiros dedicam a Portugal, a prova concreta do valor da nossa gente, e do seu indesmentível patriotismo, tão claramente patentes nas muitas realizações exemplares da colónia portuguesa».

«Vou ao Brasil — acentua — em busca de um diálogo franco, quer com as autoridades brasileiras, quer com representantes da colónia portuguesa com quem me puder avistar.»

«Temos, brasileiros e portugueses, uma tarefa decisiva e urgente a cumprir: Fortalecermos a amizade luso-brasileira estreitando os laços que nos unem. E' afinal um trabalho bem à medida dos nossos povos e da nossa história comum e que, estou certo, saberemos realizar» — conclui a mensagem do primeiro-ministro divulgada pela imprensa brasileira.

Embora os membros do Governo só cheguem ao Brasil amanhã, alguns elementos oficiais da comitiva já se encontram no Rio de Janeiro. Entre eles contam-se Raul Rego e António Simões (em representação do PS e CDS, respectivamente), o presidente da Fundação Gulbenkian, dr.º Azeredo Perdigão, os presidentes do Instituto de Cultura Portuguesa e do Instituto de Alta Cultura — respectivamene o prof. Miller Guerra e o dr. José Auguso França — e, ainda, os presidentes da Administração da Caixa Geral de Depósitos e Banco de Portugal, drs. Jacinto Nunes e Silva Lopes.

Aumento das relações comerciais

Segundo o enviado especial da Anop, que se encontra em Brasília, a promoção internacional da língua portuguesa através de um empenho comum na defesa deste importante veículo de culturas poderá vir a ser contemplada nas conversações entre os principais dirigentes de Portugal e do Brasil que amanhã se iniciam nesta capital.

Sendo assim, para além de acordos pontuais de intercambio artístico e universitário que poderão dar nova força aos já existentes — a defesa do português prenderá a atenção das entidades responsáveis que pensam ser chegado o momento de lutar pela sua inclusão, como língua oficial e de trabalho nas Nações Unidas, à semelhança do que já sucede em outros organismos internacionais como a Organização de Unidade Africana e a Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC).

Por outro lado, e de acordo com a mesma fonte, tanto o Brasil como Portugal não desdenhariam fortalecer os laços que os ligam aos novos países africanos de língua portuguesa, avançando com uma proposta que, a resultar, constituiria uma eficaz jogada diplomática de todo o bloco e abriria novas perspectivas internacionais à divulgação das várias culturas. Aventa-se mesmo, em vários sectores, que esta poderia constituir a bola de saída para um projecto de se organizar uma comunidade Luso-Afro-Brasileira, estrutura complementar em que Portugal actuaria como porta de entrada para a Europa, onde começa a estar perfeitamente integrado. O Brasil como fornecedor de serviços e produtos industriais e os países africanos, como produtores de petróleo e bens agrícolas.

Desta forma, se resolveriam, também, os obstáculos que não deixam de ser levantados, por ambas as partes, ao incremento das transacções entre os dois Estados, incremento esse que quer dizer aumentar o valor das importantes e, eventualmente, agravar os «defices» das balanças comerciais. As relações neste sector entre Portugal e o Brasil, ao contrário do que, por vezes, se tem afirmado, nunca tiveram grande significado no quadro das trocas internacionais: 0,3% nas importações e 0,9% nas exportações, para o Brasil, e 1,3% e 1,1% respectivamente, para Portugal, em 1975. O comércio luso-brasileiro registou todavia, acentuado crescimento desde o princípio da decada de 60, tendo as transacções subido de 6 para 134 milhões de dólares, entre 63 e 74, apesar de terem caído no ano passado a 90 milhões. No primeiro semestre do corrente ano, as exportações portuguesas tiveram menos significado — 8 milhões de dólares, contra 14 milhões em igual período de 75 —, enquanto as vendas brasileiras baixaram de 31 para 20 milhões de dólares.

Dizer aos Brasileiros o que aconteceu em Portugal

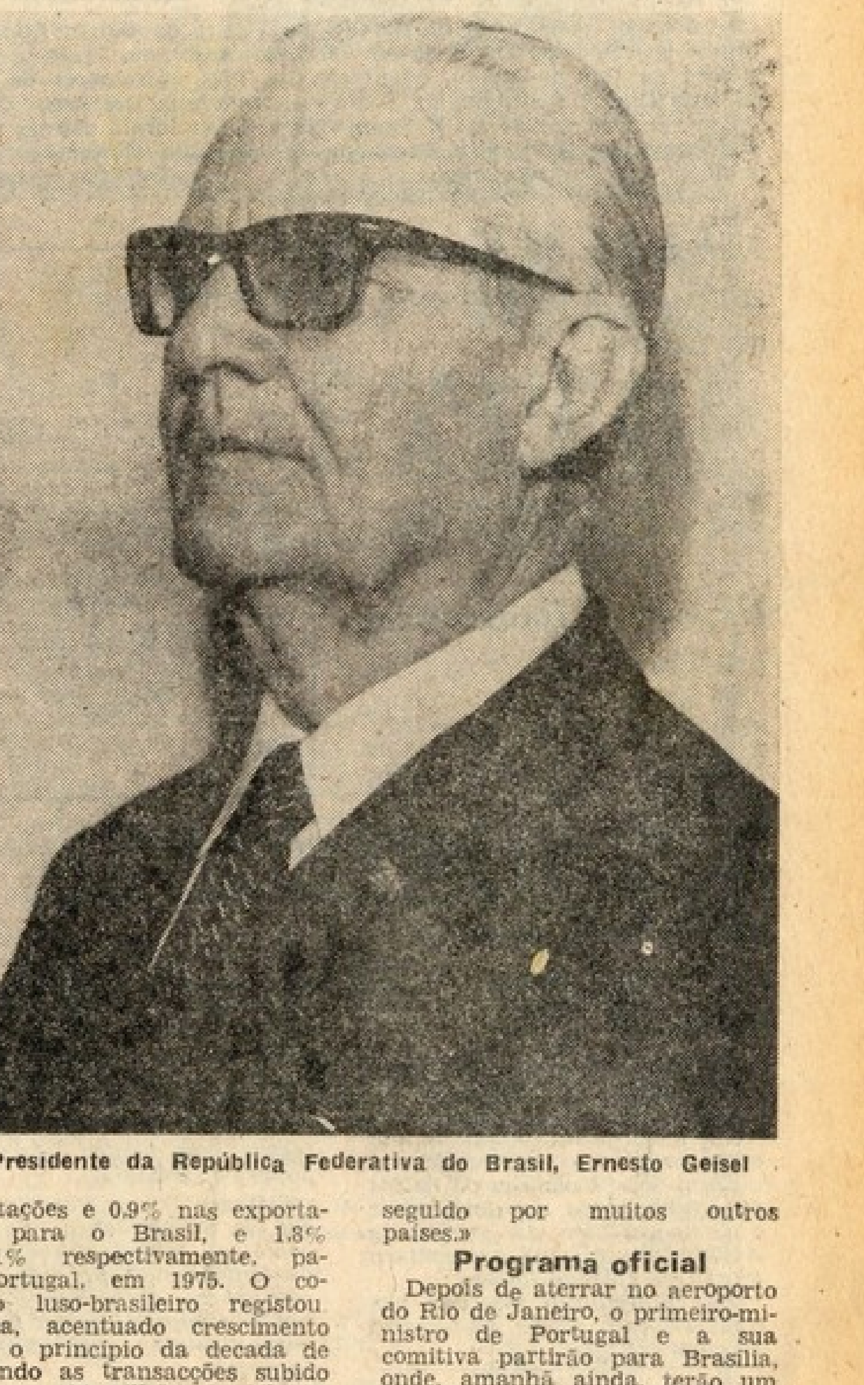
O embaixador do Brasil em Portugal, Carlos Fontoura, declarou, entretanto, e a propósito da visita de Mário Soares, que ela deve, sobretudo, ser analisada do ponto de vista político. Para o embaixador brasileiro, «é importante que alguém de Portugal vá dizer aos Brasileiros o que aconteceu em Portugal após o 25 de Abril de 1974».

Também a Imprensa brasileira vê com agrado esta importante visita, e vários jornais afirmam que Mário Soares terá ocasião de assinar importantes acordos comerciais, durante a sua visita.

Medeiros Ferreira: O Governo não admite ingerências

Sobre esta visita oficial de uma delegação do Governo Português ao Brasil, o ministro dos Negócios Estrangeiros, José Medeiros Ferreira disse ontem, à entrada da reunião do Conselho de Ministros, que «o Governo parte para o Brasil sem que admita qualquer ingerência desse país nos nossos assuntos internos, como não fará nenhuma pressão sobre o Governo Brasileiro».

Respondendo a uma pergunta sobre se a ida ao Brasil poderia facilitar o apoio de Portugal aos antifascistas daquele país, Medeiros Ferreira disse que «o Governo Português é constituído com base no PS e é composto por antifascistas, que não precisam de provar que o são. O Governo Português defende, nas instancias internacionais, a dignidade do homem, e pensa que o seu exemplo acabará por ser seguido por muitos outros países.»



O Presidente da República Federativa do Brasil, Ernesto Geisel

Programa oficial

Depois de aterrar no aeroporto do Rio de Janeiro, o primeiro-ministro de Portugal e a sua comitiva partirão para Brasília, onde, amanhã ainda, terão um encontro com o presidente Geisel.

Na quinta-feira, Mário Soares visitará o presidente do Senado, o governador do Distrito Federal de Brasília e o Supremo Tribunal de Justiça, tendo depois um novo encontro com o presidente da Republica daquele país. Ainda no mesmo dia, o primeiro-ministro terá uma reunião com o corpo diplomático credenciado em Brasília.

No dia seguinte, Mário Soares, depois de dar uma conferência de Imprensa, partirá para S. Paulo, onde visitará o governador e a sede da Associação Portuguesa de Desportos. A' tarde terá um encontro com representantes do comércio e industria de S. Paulo.

Ainda nesse mesmo dia, o primeiro-ministro português visitará o museu e monumento do Ipiranga e terá um encontro na Casa de Portugal, com representantes da colónia portuguesa. Mário Soares partirá, no sábado, para o Rio de Janeiro, onde no mesmo dia visitará a sede do Clube Vasco da Gama e o Real Gabinete Português de Leitura.

No domingo, encontrar-se-á com o governador do Rio de Janeiro, tendo, ainda, em S. Clemente, uma reunião com empresários daquele estado federado.

Na segunda-feira, o primeiro-ministro viajará para S. Salvador, onde almoçará com o governador, regressando, depois, a Lisboa.

Reunião do Conselho de Ministros

Legislação em vigor aplicada ao 13.º mês

informar «as entidades devedoras do subsídio de Natal ou equivalente» de que «deverão proceder de acordo com a legislação em vigor». O comunicado do Conselho de Ministros justifica a decisão por não parecer «materialmente possível executar as deduções, até ao fim do ano, a que haveria lugar». Acrescenta, no entanto, que «mantendo a sua proposta, o Governo reserva-se a possibilidade de, oportunamente, vir a sugerir emendas que permitam a sua execução» (proposta de lei da poupança forçada) «em momento posterior».

E do seguinte teor, o comunicado do Conselho de Ministros:

«O primeiro-ministro felicitou o ministro da Administração Interna pelo modo como decorreu o acto eleitoral, congratulando-se com o elevado civismo uma vez mais demonstrado pelo Povo Português.

Em nome do Conselho de Ministros, o primeiro-ministro pediu ao ministro das Obras Publicas para transmitir aos trabalhadores da EPAL que procederam à reparação da conduta da Póvoa de Santa Iria o louvor do Governo pelo modo como, em tão curto espaço de tempo, conseguiram assegurar o abastecimento de água à cidade de Lisboa.

Seguidamente, o primeiro-ministro expôs ao Conselho o programa da sua próxima visita ao Brasil.

O Governo voltou a abordar o problema da proposta de lei acerca da poupança forçada, em consequência do anuncio das posições partidárias feito pelos grupos parlamentares de oposição na ultima sessão da Assembleia da Republica.

Em virtude das razões de natureza económica e financeira que a justificaram, o Governo mantém na integra a sua proposta. Trata-se de uma posição de coerência, ditada pelo interesse nacional que deve sempre prevalecer sobre interesses partidários.

Assim, o Governo continua a pensar que a Assembleia da Republica não deixará de considerar a validade, ditada pelos interesses do País, da ulterior aprovação de um esquema daquele tipo.

Todavia, dadas as posições enunciadas, em que interesses partidários, de carácter eleitoral, se sobrepuseram ao interesse nacional, e não parecendo materialmente possível executar até ao fim do ano as deduções a que haveria lugar, lembra-se que as entidades devedoras do subsídio do Natal ou equivalente deverão proceder de acordo com a legislação em vigor.

Mantendo a sua proposta, o Governo reserva-se a possibilidade de, oportunamente, vir a sugerir emendas que permitam a sua execução em momento posterior.

Foi aprovada uma proposta de lei relativa a um pedido de autorização legislativa a apresentar à Assembleia da Republica. São incluídas nessa proposta, nomeadamente matérias respeitantes à definição de crimes e penas não superiores a prisão até dois anos, ao regime e ambito da função publica e ao sistema fiscal.

Foi aprovado um diploma alterando a constituição da comissão administrativa do INATEL (nova redacção do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 551/74, de 23 de Outubro).

O Conselho de Ministros aprovou um diploma fixando, a partir de 1 de Janeiro de 1977, novos vencimentos dos trabalhadores civis da administração central, local e regional, aumentando em 15 por cento os vencimentos actualmente em vigor.

O diploma mantém em vigor a proibição constante do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 362/75, de 10 de Julho, que se entende reportada:

a) A' criação de novas remunerações acessórias;

b) A' alteração das existentes, excepto quando se tratar de redução do seu quantitativo;

c) A' extensão de remunerações acessórias a outros trabalhadores, ainda que da mesma categoria e serviço, que delas ainda não beneficiem.

Também as pensões de aposentação, reforma, invalidez, preço de sangue e sobrevivência fixadas em diploma já aprovado pelo Governo Constitucional, são acrescidas de 10 por cento, a partir de 1 de Janeiro de 1977.

As pensões calculadas com base em retribuições iguais ou superiores aos vencimentos agora fixados, não beneficiam de qualquer actualização.

Foi aprovado um diploma dando nova redacção ao artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 201/75, de 15 de Abril, por forma a serem devidamente acautelados os interesses de alguns trabalhadores agrícolas, nomeadamente dos parceiros e seareiros, os quais, não vendo as suas explorações convertidas em arrendamento no prazo que se fixara, ficaram sem possibilidades de cultivar.

O ministro da Republica para os Açores expôs ao Conselho de Ministros assuntos diversos respeitantes à Região Autónoma dos Açores.

O ministro da Republica referiu, nomeadamente, o problema da cobertura do «deficit» do orçamento da região, tendo o Conselho resolvido considerar de forma favorável a solução apresentada pela ministro da Republica.